

**MAURO SÉRGIO DO CARMO MARQUES RIBEIRO BESSA FILHO**

**A ORIGEM DO COMÉRCIO E DO COMERCIANTE**

**Monografia apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de bacharel em Ciências  
Econômicas, Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Divonzir Lopes Beloto.**

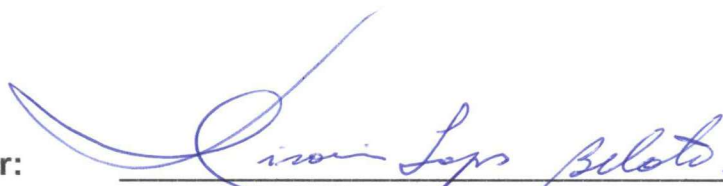
**CURITIBA  
2005**

MAURO SÉRGIO DO CARMO MARQUES RIBEIRO BESSA FILHO

A ORIGEM DO COMÉRCIO E DO COMERCIANTE

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em  
Ciência Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela Banca Examinadora  
formada pelos professores:

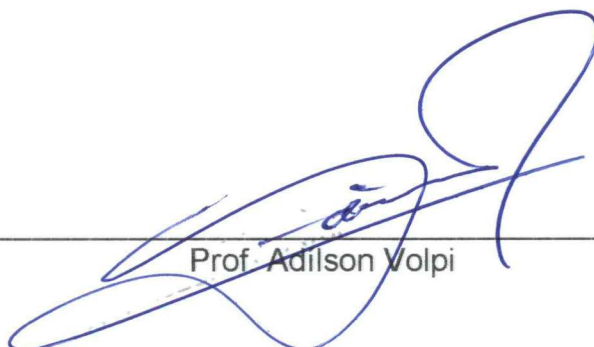
Orientador:



Prof. Divonzir Lopes Beloto  
Doutor



Prof.ª Dayani Cris de Aquino



Prof. Adilson Volpi

Curitiba, dezembro de 2005.

## AGRADECIMENTOS

A meus pais e irmão pelo auxílio em todos os momentos.  
Ao meu Professor Orientador Divonzir Lopes Beloto  
pelas lições, ensinamentos e grande auxílio para elaboração do trabalho.  
À Minha namorada Barbara pela paciência, compreensão, apoio, carinho e amor  
nesses últimos anos e sempre.

O homem não teria alcançado o possível,  
se inúmeras vezes não tivesse tentado atingir o impossível.

Max Weber

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>vi</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A ORIGEM DO COMÉRCIO: TEORIA.....</b>	<b>2</b>
1.1 A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS.....	2
1.2 A CIRCULAÇÃO DE CAPITAL.....	16
<b>CAPÍTULO 2 - A ORIGEM DO COMÉRCIO: FATOS HISTÓRICOS.....</b>	<b>20</b>
2.1 A ORIGEM DA CLASSE MERCANTIL.....	20
2.2 O COMERCIANTE NÃO CAPITALISTA.....	28
2.3 TRANSIÇÃO DO COMERCIANTE NÃO CAPITALISTA PARA COMERCIANTE CAPITALISTA.....	34
2.4 O COMERCIANTE CAPITALISTA.....	40
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>52</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>54</b>

## RESUMO

O tema de estudo refere-se a origem do comércio e do comerciante. Para tanto, é necessária a constatação da formação dos primeiros meios de troca, elaborado pelo Ser Humano, até a formação do capital comercial, englobando a origem do comerciante. Antes as trocas eram realizadas de maneira direta, ou seja, o produto diretamente pelo produto. Mais tarde, como processo histórico e social surge o dinheiro para intermediação das mesmas. A produção baseada na subsistência comercializava apenas o excedente desta, sendo que o produtor deixava de produzir ao despender tempo para a venda dos produtos. Assim, o comerciante surge para intermediar o produtor e o consumidor, deixando o produtor somente na função de produção de mercadorias. O comércio aparece como uma atividade capitalista muito antes do capitalismo se instaurar como sistema, uma vez que, com o ingresso do comerciante, este realizava operações de compra e venda de produtos visando o lucro. Deste lucro, o comerciante retirava seu sustento e também acumulava riqueza sob a forma dinheiro, para depois reaplicar na circulação de mercadoria, formando, então o capital comercial. Este, portanto mostra-se anterior ao capitalismo, pois o comércio já tem o capital na sua reprodução, enquanto a produção ainda não. O capital só domina inteiramente a reprodução social quando o produtor passa a realizar o consumo produtivo, ou seja, a compra de mercadoria para produzir outros produtos. Uma destas mercadorias que o produtor compra é a força de trabalho, que ao explorada, produz-se a mais-valia do produtor, ou seja, seu excedente que é transformado em lucro. A mais-valia é produzida na fase da produção, mas é realizada na fase da circulação de mercadorias ou no comércio. Além disso, serão apresentados fatos históricos ocorridos que darão sustentação a teoria apresentada.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objeto tratar sobre a origem do comerciante e o papel deste agente na transição que houve do modo de produção não capitalista para o modo de produção capitalista.

No primeiro capítulo apresentaremos o embasamento teórico, com fundamentação em MARX e em BELOTO, que sustentam a origem do comerciante muito antes de haver o sistema capitalista consolidado. Como intermediário de trocas em um modo de produção que não era voltado ao mercado, o comerciante ganhou destaque por obter ganhos monetários pela compra e posterior venda de mercadorias.

Assim, definiremos o comércio e a relação que é estabelecida entre este e a indústria. E ainda, exporemos sobre o papel do comerciante como um intermediário de trocas e a importância que este teve a partir do momento em que utiliza o lucro para, mais do que sobreviver, investir novamente no comércio e mais tarde na própria indústria.

No segundo capítulo, apresentaremos os fatos ocorridos ao longo da história e que reforçam a teoria apresentada no primeiro capítulo. Veremos que as evidências empíricas comprovam que o comerciante teve papel fundamental na transição de um modo de produção não capitalista para o modo de produção capitalista, principalmente a partir do momento em que os ganhos do comércio oriundos de lucros obtidos pela compra e venda de mercadorias são reinvestidos no próprio comércio.

E ainda, no capítulo segundo, apresentaremos as distinções existentes entre as diferentes classes de comerciantes, como o comerciante não capitalista, que obtém um excedente para o próprio sustento e de sua família; e o comerciante capitalista, que reinveste os excedentes obtidos no comércio.

Assim, há a comprovação teórica apresentada no primeiro capítulo com a exposição dos fatos históricos pertinentes (capítulo segundo) sobre comerciante, a origem deste agente, as classes mercantis e, principalmente, a passagem do modo de produção não capitalista para o modo de produção capitalista.

## CAPÍTULO 1 – A ORIGEM DO COMÉRCIO: TEORIA

### 1.1 – A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

Para entendermos a formação do capital comercial e a reprodução social, é necessário, antes, vermos como se deu o desenvolvimento, ao longo da história, tanto do comércio, como também a origem deste que é um importante agente para o desenvolvimento do capitalismo: o comerciante.

Deixamos claro que este capítulo apresentará, de forma breve, a evolução histórica do comércio e a origem do comerciante, para, no decorrer do trabalho, facilitar a análise quando adentrarmos na discussão sobre os fatos históricos do comércio.

Isso se faz necessário, pois, para **MARX**<sup>1</sup>, “(...) não só o comércio, mas também o capital comercial é mais antigo do que o modo de produção capitalista: de fato, ele é o modo de existência livre historicamente mais antigo do capital.”

Ainda segundo **MARX**<sup>2</sup>, “a verdadeira ciência da economia moderna só começa onde o exame teórico passa do processo de circulação para o processo de produção.” De modo breve, o comércio influenciou nas mudanças do modo de produção feudal para o capitalista, culminando na fase industrial do modo de produção capitalista, do qual ele participou ativamente.

Assim, passaremos a expor como se originou o comércio, até a influência que o comércio teve sob a produção (indústria), a reprodução social e o modo de produção capitalista como um todo.

O ser humano, desde os primórdios da evolução, necessita produzir objetos para que as suas necessidades sejam satisfeitas. O Homem manipula a natureza para realizar transformações voltadas a produzir o que necessita. Dessa forma, por exemplo, quando o Homem sente frio, ele produz seu próprio manto.

---

<sup>1</sup> MARX, Karl. **O CAPITAL. CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. São Paulo: Abril Cultural, vol. III, Livro Terceiro O Processo Global de Produção Capitalista, Tomo I. 1983, p. 244.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 252.



Entretanto, o Homem passou a se agrupar em comunidades, nas quais não havia o conceito de propriedade privada. Tudo pertencia a todos. A posse de tudo era coletiva, ou seja, era da comunidade.

Mas já havia o conceito de divisão social do trabalho instalado nessas comunidades primitivas, pois cada um exercia determinada função voltada a produção para satisfação de necessidades do grupo. Por exemplo, os homens caçavam animais para o sustento da comunidade e realizavam construções de moradas. Enquanto isso, as mulheres cultivavam a terra, plantando diversas culturas para o sustento da comunidade, se encarregavam da formação das crianças dentre outras atividades.

Assim, com a evolução natural das comunidades, estas perceberam que poderiam trocar determinados produtos que eram excedentes, ou seja, que foram produzidos a mais sem qualquer intenção, por outros que estavam faltando. Desse modo, foi-se iniciando um processo de trocas diretas, na qual se trocava um produto por outro. Por exemplo, a comunidade A trocava o seu excedente de feijão com a comunidade B pelo excedente de lã desta.

Com as trocas, havia a mudança de propriedade dos produtos. Mas esta mudança de propriedade era uma mudança "entre - comunidades". Isto significa que se mudava a propriedade dos produtos da comunidade A, por exemplo, para a propriedade da comunidade B. Entretanto, dentro de cada comunidade os produtos continuavam sendo de propriedade coletiva.

Com o passar do tempo, e o excedente produzido aumentando cada vez mais, e, portanto, as trocas diretas entre as comunidades também aumentando, cada indivíduo passou a ter uma participação sobre o excedente produzido, tendo em vista o emprego de seu trabalho na produção deste excedente, dentro da divisão do trabalho na comunidade. Assim, o indivíduo dentro de sua comunidade recebia uma parte do excedente produzido, e que era considerado individual, portanto, de sua propriedade. Há, dessa forma, a passagem da propriedade coletiva para a propriedade individual, que se passa pela distribuição do excedente da comunidade de acordo com a participação individual na produção deste excedente. Para

BELOTO<sup>3</sup>, “a distribuição (...) resulta que o indivíduo tem a posse da parte da produção que recebe pela sua participação na produção.”

Deve-se ressaltar que este excedente era produzido “por acaso”, ou seja, não se produzia o excedente para trocá-lo. O que se produzia era voltado para o auto-consumo, seja da comunidade, seja do próprio indivíduo. Entretanto, a produção podia exceder o consumo, o que viabilizava as trocas diretas. Mas a vontade inicial do indivíduo e da comunidade era o consumo próprio.

Agora, o indivíduo detinha a posse do produto e poderia usufruir deste de acordo com suas vontades, podendo trocá-lo por outros produtos, individualmente, não mais coletivamente.

As trocas que antes ocorriam entre as comunidades começaram a acontecer dentro delas (intra-comunidades). Com isso, o conceito de propriedade privada se fortaleceu. Ou seja, é o indivíduo quem detém a posse do produto e não mais a comunidade na qual ele está inserido.

O sistema de trocas diretas (trocas de produtos por produtos), já sob o conceito de propriedade privada, se mantém até que este sistema passa a enfrentar algumas dificuldades. Para que um indivíduo troque o seu produto por outro produto de outro indivíduo, seria necessário que a vontade de ambos fosse conexa. Contudo, mesmo existindo o *animus* de se realizar trocas, estas muitas vezes não se concretizavam, pois havia a dificuldade de se conseguir trocar produtos dispares com relação a tamanho, medidas de peso, altura entre outras características.

Além disso, conforme HUBERMAN<sup>4</sup> havia inúmeras dificuldades para se realizar o intercâmbio de produtos. Não havia uma produção muito grande de excedente, pois a procura era muito baixa: as estradas que ligavam regiões para o transporte de produtos entre os mercados eram péssimas, sem contar o perigo advindo de ladrões, salteadores e etc.

As trocas diretas eram mais difíceis de ocorrer, pois, como dito acima, há a necessidade de que a vontade de ambas as pessoas envolvidas na troca fosse coincidente. Por exemplo, o indivíduo A deseja trocar 50 quilos de soja por um boi e o indivíduo B deseja trocar o boi por vinho. Assim, para que esta troca se realize

---

<sup>3</sup> BELOTO, Divonzir Lopes. **O CAPITAL DE COMÉRCIO DE MERCADORIAS**. Tese (Doutorado em Economia) – Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003, p. 11.

<sup>4</sup> HUBERMAN, Leo. **A HISTÓRIA DA RIQUEZA DO HOMEM**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, ed. 16, 1980, p. 26/27.

com sucesso, o indivíduo A precisa trocar a soja com alguém que a queira trocar por vinho para, posteriormente, trocá-lo pelo boi. Ou ainda, o proprietário do boi pode trocá-lo pela soja, mas terá que, mais tarde, trocar a soja pelo vinho.

Por conseguinte, com base no exemplo acima, as quantidades de produtos trocáveis por outros poderiam também ser um empecilho à realização das trocas diretas. Se ao invés de 50 quilos de soja, por exemplo, o proprietário do boi desejasse 70 quilos de soja. Assim, a troca não se realizaria, pois mesmo com a vontade compatível de ambos em trocar os produtos, os mesmos não apresentam as vontades satisfeitas, no tocante às quantidades de cada produto.

A moeda ou dinheiro surge a partir de um processo histórico-social. Nesta via, os metais preciosos, como o ouro e a prata são utilizados como uma medida de valor de troca<sup>5</sup> dos produtos. Agora, ao invés de ocorrer as trocas diretas, há outro estágio na evolução nas relações do ser humano. As trocas agora passam a ser intermediadas pelo dinheiro, representado pelas moedas cunhadas de ouro ou prata. O dinheiro tem como única função ser um equivalente de valor para a intermediação de trocas entre particulares.

Este é o sistema de trocas indiretas, em que se troca o produto por certa quantidade de moeda, para posteriormente se trocar certa quantidade de moeda por produto. A moeda, portanto, circula pelas mãos de quem realiza as trocas dos produtos, conforme o interesse em realizá-las.

O objetivo principal em realizar as trocas ainda é a utilização dos produtos. Troca-se para satisfazer necessidades. Extrai-se o valor de uso<sup>6</sup> inerente de cada produto, ou seja, consome-o. As trocas, portanto, são voltadas para o consumo, pois, apesar de haver moeda, como intermediária, esta funciona, ainda, apenas como dinheiro e não como capital (será visto mais adiante), pois quem recebe o dinheiro pelo produto trocado irá utilizá-lo em outra futura troca para satisfazer necessidades.

Desse modo, tem-se o processo de reprodução social nesta fase da evolução humana, ou seja, a produção de um excedente, ainda que pequeno, a distribuição indireta deste excedente por trocas indiretas (com a intermediação do dinheiro) e o consumo dos produtos.

---

<sup>5</sup> Trataremos mais adiante sobre este conceito, assim como o conceito de valor de uso.

<sup>6</sup> Trataremos mais adiante sobre este conceito.

BELOTO<sup>7</sup> citando MARX, cita que esta reprodução social seria composta pela produção (trabalho que se apropria do produto da natureza para satisfação de necessidades), distribuição (a qual determina a quota parte do produto social, ou seja, a participação de cada indivíduo no processo produtivo), a troca (na qual converte-se a quota parte da produção em um produto específico) e o consumo (extrai-se a utilidade do produto).

Ainda segundo BELOTO<sup>8</sup>, a produção, por ser o estágio no qual são apropriados objetos da natureza para que estes sejam transformados pelo Homem para a satisfação de necessidades, configura-se por si só em um ato de consumo. Contudo, trata-se de um consumo produtivo, pois o Homem retira da natureza determinado objeto para transformá-lo em algo que satisfaça a sua necessidade. Por isso, antes de haver a produção propriamente dita, há o consumo. Em seguida, o Homem cria o produto que será destinado àquele que o deseja para o consumo. A produção faz a mediação do consumo ( $C_1-P-C_2$ ), mas também o consumo faz a intermediação da produção ( $P_1-C-P_2$ ), pois cria os sujeitos para o consumo. Logo, a produção faz o objeto destinado ao consumo e, por conseguinte, cria os consumidores que usufruirão deste objeto produzido.

Portanto, conforme a sociedade vai se desenvolvendo, as trocas por produtos começam a pressupor que houve trocas anteriores para a realização do produto e trocas posteriores iriam ocorrer para o consumo do mesmo. Por exemplo, para produzir sapatos, o artesão (produtor) deveria conseguir o couro e pregos dos produtores destes objetos através de trocas, para posteriormente vender os sapatos ao consumidor, por outra troca.

Como há na sociedade a divisão social do trabalho, aqueles agentes que se destinam a produção de objetos à satisfação de necessidades produzem para a subsistência (consumo) em um primeiro momento, deixando o excedente para venda. Após, a produção se destina não mais para o próprio consumo do produtor, mas já visando a troca com outros possíveis consumidores.

Esta diferença é fundamental, pois o produto do trabalho do Homem deixa de ser somente produto para passar a ser mercadoria. Como expõe KOZLOV<sup>9</sup>, *"a mercadoria é produto do trabalho, destinado ao mercado, à troca. Contrariamente ao*

<sup>7</sup> BELOTO, Divonzir Lopes. **O CAPITAL DE COMÉRCIO...**, p. 9.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 9-10.

<sup>9</sup> G. KOZLOV *et alii*. **CURSO DE ECONOMIA POLÍTICA -1**. Lisboa: Edições Avante, 1981, p. 66.

*produto que vai para o consumo sem passar pela venda, a mercadoria, além de satisfazer uma qualquer necessidade do homem, é uma coisa que deve ser trocada por outra.”*

Sob este aspecto, deve-se conceituar, conforme já exposto acima, as expressões valor de uso e valor de troca, para entendermos este mecanismo de mercado.

Para MARX<sup>10</sup>, em uma mercadoria é *“a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso.”* E ainda, segundo este autor<sup>11</sup>, *“o valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo.”* Ou seja, o valor de uso corresponde ao valor do bem referente a capacidade da mercadoria satisfazer a uma necessidade. O valor de uso normalmente é realizado durante o consumo do produto, haja vista que o consumo representa a extração da utilidade do produto.

Já, para MARX<sup>12</sup>, *“o valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço.”*

Como também expõe KOZLOV<sup>13</sup> sobre o valor de troca, *“só se trocam mercadorias que possuem diferentes valores de uso. (...)”*. Ainda segundo este autor<sup>14</sup>, *“os valores de uso são precisamente aquilo que distingue uma mercadoria da outra. Por exemplo, não se pode comparar o valor de uso do trigo e do percal. No entanto, essas mercadorias trocam-se, o que significa que se equiparam uma à outra”*.

Estas são as distinções entre valor de uso e valor de troca, que inclusive auxiliam na distinção dos conceitos de produto e mercadoria, como já exposto.

Durante a evolução histórica, alguns problemas surgiram e retardaram o desenvolvimento de um sistema de mercado eficiente. Como cita HUBERMAN<sup>15</sup>, *“o dinheiro era escasso e as moedas variavam de região para região. O transporte de mercadorias para longas distâncias, sob tais circunstâncias, obviamente era penoso, perigoso, difícil e extremamente caro.”*

<sup>10</sup> MARX, Karl. **O CAPITAL. CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. São Paulo: Abril Cultural, vol. I Livro Primeiro O Processo de Produção do Capital, 1983, p. 45.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>13</sup> G. KOZLOV et al. **CURSO DE ECONOMIA... -1**, p. 68.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>15</sup> HUBERMAN, Leo. **A HISTÓRIA...**, p. 27.

LACOUR-GAYET<sup>16</sup> aponta também alguns obstáculos para o desenvolvimento do mercado, como os obstáculos naturais, como a distância entre centros populacionais, mas que são superados pelo trabalho e desenvolvimento de tecnologia pelo Homem; obstáculos artificiais criados pelo próprio homem como pedágios para circular em estradas dentro de feudos na Idade Média. entre outras: as guerras também representam obstáculos, pois a insegurança faz com que as rotas que estejam sob batalha sejam desviadas; os sistemas fiscais de cada Estado também é outro obstáculo, pois a tributação de produtos pode aumentar ou diminuir o consumo.

Deve-se ressaltar que com o advento da moeda, as relações para troca ficaram mais curtas e rápidas, sendo a troca do produto pelo valor em dinheiro correspondente realizado de forma imediata. Como expõe BELOTO<sup>17</sup>, o dinheiro passou a definir o preço dos produtos, pois se trocava uma quantidade de dinheiro (moeda) pelo produto, sendo que essa quantidade de dinheiro define o preço, solucionando o problema das trocas diretas como visto.

Ainda segundo este autor<sup>18</sup>, com o advento do dinheiro, os produtos se consolidaram como mercadorias, pois agora se produz visando o mercado, a troca, e não mais somente o auto-consumo. Assim, as mercadorias vão para o mercado embutidas com seu valor de uso e valor de troca, sendo que o valor de uso deve atender as necessidades de terceiros, e não mais do produtor, para que a troca se realize a determinado preço (quantidade de moeda). O dinheiro intermedeia a troca da mercadoria do produtor para um terceiro (venda), e o produtor comprará outra mercadoria com o dinheiro adquirido na troca anterior. Tem-se a seguinte relação: M1-D-M2, que representa um sistema de circulação simples de mercadorias.

Neste caso, circulação simples de mercadorias refere-se a circulação econômica, na qual há a mudança de propriedade da mercadoria, como coloca BELOTO<sup>19</sup>, distinguindo a circulação econômica (como colocada acima), da circulação espacial, na qual há o deslocamento do produto sem, necessariamente, haver a transmissão de propriedade.

---

<sup>16</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL COMERCIO*. Barcelona: Vergara Editorial, 1950, Tomo I, p. 6-7.

<sup>17</sup> BELOTO, Divonzir Lopes. *O CAPITAL DE COMÉRCIO...*, p. 13/14.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 15.

Ainda na visão de BELOTO<sup>20</sup>, pode-se notar que na relação M1-D-M2, o proprietário de M1 desfaz-se de M1 e retém o seu valor sob a forma de dinheiro. Com este dinheiro, ele compra M2 e consome esta mercadoria para atender uma necessidade. Assim, no final do processo, em M2, desfaz-se da mercadoria, pois há o consome (extração do valor de uso), não possuindo mais também o dinheiro. Dessa forma, para que haja novamente a circulação de mercadorias, M-D-M, há que se ter uma nova necessidade, que ensejará a produção de outro produto. O objetivo desta circulação simples é a subsistência do produtor, na qual ele vende a mercadoria para adquirir meios de consumo individual e meios de produção para outro produto. Troca-se diferentes valores de uso, pois o produtor vende as mercadorias pelo valor das mercadorias compradas, tanto para produção, como para consumo.

Assim, com o dinheiro, há a definição do preço dos produtos para a realização das trocas. O valor dos produtos migrava do produto para o dinheiro e do mesmo para outro produto em uma futura compra. A troca seria uma espécie de metamorfose do valor, pois este mudava da forma mercadoria para a forma dinheiro e vice-versa.

A venda das mercadorias sempre foi considerada a parte mais difícil da relação M-D-M, pois a mercadoria precisa ter um valor de uso para o possuidor de dinheiro. Nesta via, o produtor precisa vender a mercadoria para alguém que possua dinheiro para comprá-la. Após a venda, o produtor deve comprar as mercadorias necessárias para a produção de outro produto.

Aquelas pessoas que se dedicavam a produção de produtos perceberam que seria mais interessante somente produzir o produto, pois a complexidade com que as vendas eram realizadas passariam a exigir a abdicação de tempo de se produzir para se dedicar tempo a vender. Ou seja, para que o produto fosse consumido, este deveria ser trocado (por dinheiro). Contudo, para que o produtor alcance os consumidores individuais para que as trocas fossem realizadas, ele deveria deixar de produzir por um tempo para poder vender.

Dessa forma, e com o aumento do volume desta atividade a tarefa de vender tornou-se um obstáculo para a produção, pois, como expõe BELOTTO<sup>21</sup>:

---

<sup>20</sup> BELOTO, Divonzir Lopes. *O CAPITAL DE COMÉRCIO...*, p. 16.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 18.

“Produzir e ao mesmo tempo vender foi tornando-se mais complexo, o que leva para o produtor a questão de dividir estas tarefas. Surge a necessidade do produtor transferir a venda, o que cria condições favoráveis ao surgimento de um agente específico que é o comerciante, que centraliza as ações de compras e vendas. Um produtor pode ser o vendedor de sua mercadoria mas não é um comerciante. O comerciante tem como atividade exclusiva comprar para vender. Então um vendedor não é necessariamente um comerciante.”

Surge a figura do comerciante. O produtor, ao invés de sacrificar a produção para vender seus produtos, ele transfere a um terceiro esta tarefa única de comprar e vender os produtos, o comerciante. Este vai diretamente ao encontro com vários produtores, adquire os produtos para então ir de encontro aos consumidores para realizar as vendas. O comerciante se transforma em um intermediário entre os consumidores e os produtores.

Assim, o comerciante centraliza as ações de diversos produtores, pois ele pode intermediar mercadorias produzidas por inúmeros produtores, o que leva a uma melhoria no comércio, pois tanto outros produtores como os próprios consumidores têm a oportunidade de encontrar sob domínio de um único agente – o comerciante - diversos produtos, sendo este encarregado da venda.

Essa centralização do processo de circulação de mercadorias também representa uma divisão social do trabalho, pois o comerciante torna-se um especialista nas vendas das mercadorias, enquanto os produtores, com isso, podem se dedicar a especialização e desenvolvimento da produção e de novos produtos.

Outra função importante do comerciante enquanto intermediário entre produtor e consumidor é a de que o comerciante concentrava em suas mãos diversos produtos, tornando mais prática a compra pelos consumidores ou outros produtores, uma vez que tanto os consumidores quanto os produtores iriam diretamente ao comerciante para realizarem a compra de vários produtos, não sendo necessário ir diretamente a cada produtor individual. Por exemplo, quando vamos ao supermercado encontramos diversos produtos em um só local para comprarmos, enquanto seria muito mais difícil a aquisição dos mesmos produtos se fossemos a cada empresa fabricante.

Portanto, o comércio para a circulação de mercadorias organizou o sistema de trocas e houve a divisão social do trabalho, uma vez que o produtor se incumbia da responsabilidade de produzir os produtos, enquanto o comerciante deveria comercializar os mesmos perante os consumidores. Havia, então, uma



relação de interdependência entre os produtores e os comerciantes, pois os produtores dependiam do comércio para que as mercadorias circulassem, enquanto que o comércio orientava a produção de acordo com as trocas realizadas.

O produtor fabricava o produto voltado para o consumo próprio e o excedente era destinado aos consumidores individuais e até mesmo a outros produtores. Contudo, o produtor percebeu que na realização das trocas não havia a percepção de nenhum ato produtivo, pois a troca tinha como única função social a intermediação da produção, distribuição e consumo. Mas, na verdade, ela também representa uma redistribuição de valores, haja vista que, com a realização da mesma, cada quota-parte de cada agente produtivo é distribuída proporcionalmente, de acordo com a participação destes agentes produtivos. Ou seja, devido a participação do comerciante na realização da mercadoria, este também era remunerado.

BELOTO<sup>22</sup> ainda expõe o seguinte:

“O surgimento do comerciante é um fato histórico, decorrente desta necessidade dos produtores, pois teriam que dedicar tempo ao comércio, tempo este deduzido do tempo de produção. Mas isto somente é possível a partir da circulação simples de mercadorias, que apresenta os fatores materiais da comercialização: mercadoria e dinheiro. O comerciante compra por um preço e vende por um preço maior, obtendo daí seu sustento. Esta diferença, como sendo o necessário para as suas necessidades, caracteriza um comércio não-capitalista. O objetivo é tão somente o seu consumo e não a acumulação de capital.”

O comércio, de início, não era capitalista, ou seja, não havia a acumulação de riqueza para ampliação do capital como ocorre hoje, pois, para o comerciante, a única função do comércio é obter o seu sustento. O comerciante, portanto, comprava e vendia mercadorias para o comércio, comprando por um preço mais baixo e vendendo por um preço mais alto, mas para poder também consumir e sobreviver, e não para se capitalizar. Percebia-se, no entanto que, apesar do comércio ser uma atividade autônoma e independente da produção, ele não representaria uma atividade produtiva que agregaria valor aos produtos. No entanto era no comércio como modo de circulação de mercadorias que se realiza o mais-

---

<sup>22</sup> BELOTO, Divonzir Lopes. **O CAPITAL DE COMÉRCIO...**, p. 19.

produto. O comerciante comprava o produto por X e vendia por X+YX, que YX seria o mais-produto, do qual tirava o sustento para sobrevivência.

O comércio passa então, devido à especialização e a divisão social do trabalho, a determinar a produção para a circulação de mercadorias. Com a implantação deste sistema de trocas via comerciante como intermediário entre produtor e consumidor, o comerciante passou a acumular riqueza, na forma de dinheiro, haja vista que o volume de transações aumentou. Com isso, ele passou a reinvestir a sua riqueza na compra de mais mercadorias para revendê-las. Ele praticava a D-M-D', ou seja, comprava a mercadoria por X e vendia por X+YX, mas sem fazer qualquer tipo de transformação no produto. O que o comerciante transformava era o valor do produto em, de valor dinheiro para valor mercadoria, para novamente transformá-lo em valor dinheiro, mas este acrescido do mais-produto.

Dessa forma, o capital é inserido no modo de reprodução da sociedade. Como coloca BELOTO<sup>23</sup>:

“Este processo que se constitui da produção e circulação de mercadorias, o capital não entra pela produção, mas sim pela circulação da mercadorias, como um valor que se valoriza. Passa a existir em paralelo, por um lado, na produção, o produtor não capitalizado, fazendo M-D-M, que não visa o lucro, e por outro lado, na circulação, o capital comercial realizando D-M-D', visando o lucro. O comércio deixa de ser um comércio não capitalista para ser um comércio capitalista.”

Os comerciantes se capitalizam independentes da produção, que ainda se mantém não capitalizada e não voltada para a circulação de forma plena, pois a produção é para subsistência do produtor, sendo comercializado o excedente desta produção de valor de uso.

Após, com o desenvolvimento do capitalismo, o capital comercial deixa de ser predominante, mas continua específico e autônomo, sendo dominado pelo capital industrial. Agora, a produção é voltada para o comércio, produz-se para vender.

MARX<sup>24</sup> aponta como o comércio e a circulação de mercadorias são anteriores ao capitalismo:

<sup>23</sup> BELOTO, Divonzir Lopes. *O CAPITAL DE COMÉRCIO...*, p. 20.

“Dentro do modo de produção capitalista – isto é, assim que o capital se apoderou da própria produção e lhe deu uma forma completamente alterada e específica – o capital comercial aparece apenas como capital em uma função específica. Em todos os modos anteriores de produção – e tanto mais quanto mais a produção é produção direta dos meios de subsistência do produtor – o capital comercial aparece como sendo a função *par excellence* do capital

Portanto, não há menor dificuldade em reconhecer por que o capital comercial aparece como a forma histórica do capital, muito antes de o capital ter submetido a si a própria produção. Sua existência e seu desenvolvimento a certo nível é em si pressuposto histórico para o desenvolvimento do modo de produção capitalista: 1) como condição prévia da concentração de fortuna monetária; e 2) porque o modo de produção capitalista pressupõe produção para o comércio, venda por atacado e não ao cliente individual, portanto também um comerciante, que não compra para satisfazer a suas necessidades pessoais, mas que concentra em seu ato de compra os atos de compra de muitos.”

O capital passa a dominar o comércio, a circulação de mercadorias, para, posteriormente dominar a produção e, assim, fundar o modo de produção capitalista. Portanto, para que o modo de produção capitalista se desenvolvesse, foi fundamental que o capital dominasse o comércio, tendo como primeiro agente capitalista o comerciante.

Mas a grande revolução do modo de produção capitalista, para MARX<sup>25</sup>, ocorre quando o produtor se torna comerciante e capitalista, enquanto que o contrário, para o referido autor, ou seja, quando o comerciante se torna produtor, obstrui o avanço do modo de produção capitalista, pois mantém o antigo modo de produção, haja vista que a indústria permanece submetida ao comércio.

Portanto, em última análise, o capital entra na reprodução social e no modo de produção da sociedade no processo de circulação de mercadorias, haja vista que a divisão social do trabalho proporcionou a separação e a especialização do comerciante e do produtor, sendo que o comerciante, antes do produtor passou a visar a acumulação de capital, advinda do excedente do comércio.

MARX<sup>26</sup> também relata o momento principal em que há a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Para ele, a expansão comercial no mundo, com as grandes navegações, trouxe o desenvolvimento acelerado do capital comercial nos Séc. XV e XVI. Primeiramente, as nações comerciais se desenvolveram através do comércio mundial, com a

<sup>24</sup> MARX, Karl. **O CAPITAL... Volume III, Tomo I**, p. 245.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 251.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 249-250.

compra de produtos de um país menos desenvolvido (países do Oriente) para a venda em seus países de origem por um preço bem mais elevado. Foi assim que Portugal, Espanha e Holanda, no início, conseguiram certa hegemonia econômica naquela época.

Entretanto, MARX<sup>27</sup> aponta que quando o capital é inserido na indústria e, portanto, passa a dominar o comércio, sendo a produção voltada para a troca, estas nações comerciais e não produtivas passam a enfrentar um ciclo de decadência, pois as nações que desenvolveram a indústria, como a Inglaterra do Séc. XVII e XVIII, passam a dominar o cenário mundial.

Como expõe BELOTO<sup>28</sup>, há três espécies de circulação antes do modo de produção capitalista: a troca direta (M-M); o comércio não capitalista, no qual há a circulação simples de mercadorias, cujo objetivo é o valor de uso; e, por fim, o comércio capitalista, cujo objetivo é o valor de troca, ou seja, objetiva obter o lucro e a acumulação de capital.

O acima citado<sup>29</sup> autor coloca que na circulação simples, no qual compra-se a mercadoria por um preço menor que o preço de venda, a diferença monetária pode ser utilizada para entesouramento. Entretanto, pode haver o consumo produtivo, ou seja, a compra de mercadorias para produzir outras mercadorias, resultando em mercadorias de maior valor que as compradas. Se isto ocorrer, passa-se da circulação simples para a circulação do capital, no qual o lucro resultante das vendas das mercadorias é reinvestido na produção de mercadorias. Assim, o capital, que antes domina o comércio, passa a dominar a indústria.

Primeiramente, o processo de produção se inicia com uma compra, D-M, em que uma quantidade de dinheiro converte-se em mercadoria, como matéria-prima. Além disso, há a compra de meios de produção e de força de trabalho, que adicionará valor à mercadoria, a mais-valia, proporcionando também ao produtor a acumulação de capital.

Como a produção destina-se a troca, o dinheiro gasto na compra das mercadorias para o consumo produtivo retornará às mãos do produtor acrescido em quantidade, após a venda das mercadorias produzidas. É o caso de D-M-D', em que D' é o dinheiro gasto na produção já multiplicado. Destaca-se que o acréscimo real

<sup>27</sup> MARX, Karl. *O CAPITAL... Volume III, Tomo I*, p. 250

<sup>28</sup> BELOTO, Divonzir Lopes. *O CAPITAL DE COMÉRCIO...*, p. 23.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 24-25.

de dinheiro ocorre na produção, enquanto que o acréscimo formal ocorre na circulação.

Este ciclo do capital,  $D-M-D'$ , é um ciclo que se auto-renova, o que proporciona a acumulação de capital ao produtor, pois quando a produção é voltada para a troca, ao mercado, é criada a mais-valia. A mais-valia, exploração da força de trabalho, é originada na produção, mas realizada no comércio<sup>30</sup>.

O processo de reprodução social passou a ser não mais o valor de uso das mercadorias, mas sim o valor de troca. Apesar de o consumidor final adquirir as mercadorias para extrair o valor de uso, o consumo, o capitalista deseja comprar mercadorias para lhe configurar um valor de troca diferente, explorando o excedente alheio, advindo da força de trabalho, a mais-valia. Assim, através do comércio de valores de troca, se acumula capital, o qual apresenta um ciclo que se auto-renova incessantemente<sup>31</sup>.

O comércio, portanto, era capitalista muito antes do sistema de produção se tornar capitalista, pois no comércio já se visava o excedente e acumulação de capital muito antes da produção. Na produção, o produtor que produzia para subsistência deixava para o comerciante aquilo de que não iria utilizar, ou seja, o excedente.

Portanto, antes mesmo de surgir o capitalismo como sistema econômico, o capital comercial já se fazia presente, pois, apesar do sistema de produção ainda ser rudimentar e em muitos casos voltados para sobrevivência, sendo o excedente comercializado, já havia o comerciante que com a compra e venda de produtos obtinha o lucro e realizava o valor de troca das mercadorias.

Hoje, no sistema capitalista já desenvolvido, observa-se que o capital comercial é distinto do capital industrial. Antes, o produtor não produzia visando o comércio, mas apenas a subsistência. Após, o produtor passou a produzir totalmente voltado para o comércio dos produtos, de modo que a venda aos consumidores se dá por atacado e não ao cliente individual como antes.

Assim, pode-se concluir que antes do sistema de produção capitalista, o capital já havia penetrado no âmbito comercial ou de circulação de mercadorias, enquanto que na produção o capital ainda não havia se incorporado ao sistema de produtivo.

---

<sup>30</sup> BELOTO, Divonzir Lopes. **O CAPITAL DE COMÉRCIO...**, p. 25.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 25.

Dessa forma, o comerciante já acumulava riqueza, através do lucro, para aplicá-la em sua atividade comercial, ou seja, já praticava o capitalismo como atividade econômica. Entretanto, o sistema capitalista só foi se consolidar quando, com a venda dos produtos, havia a aplicação do lucro do comércio na produção, seja na forma de compra de produtos para serem utilizados na produção ou até mesmo na compra de um tipo específico de mercadoria, a força de trabalho. Assim, o produtor compra estas mercadorias por um preço mais baixo que o seu devido valor e obtendo o seu lucro. Esta é a formação da mais-valia, tese defendida por MARX. O lucro do produtor é extraído da exploração da mais-valia, sendo esta realizada pelo comércio, pois a mais-valia do produtor é originada na fabricação, enquanto que é realizada, de fato, na circulação do produto ou no comércio.

## 1.2 - A CIRCULAÇÃO DE CAPITAL

Como aduz BELOTO<sup>32</sup>, com a fórmula do capital D-M-D', parece que a formação do excedente e a acumulação de riqueza advém do comércio, sendo considerado o consumo produtivo e a produção implícitos. Entretanto, entre o consumo produtivo, em que a compra de uma mercadoria, D-M, para a posterior venda com acréscimo de valor, M-D', há a produção, em que o capital assume a forma de capital produtivo, que em seguida se transforma em capital mercadoria.

Assim, BELOTO<sup>33</sup> mostra a seguinte fórmula que incorpora a produção: D-M ...P...M'-D'.

Esta fórmula apresenta três estágios, sendo dois estágios de circulação (D-M e M'-D'), e um estágio de produção (...P...).

Dessa forma, a reprodução do capital passa da forma capital dinheiro (D) para meio de troca, a qual transforma-se (D-M) em meios de produção e força de trabalho. Na produção (P) há a metamorfose do valor, ou seja, há um acréscimo real de valor as mercadorias, devido ao consumo dos meios de produção e da força de trabalho, a qual cria a mais-valia. Em (M') já há a mercadoria com valor agregado, que é o capital mercadoria. Esta representa o capital valorizado. Assim, o capital

<sup>32</sup> BELOTO, Divonzir Lopes. **O CAPITAL DE COMÉRCIO...**, p. 26-27.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 27.

mercadoria deve ser vendido para realização da mais-valia, transformando-se em (D'), ou seja, o capital dinheiro inicial acrescido de valor realizado da mais-valia<sup>34</sup>.

Deve-se ressaltar que o ato de circulação do capital não representa necessariamente um ato de circulação de mercadoria. Como exposto acima, quando D adquire M, há a circulação de mercadoria. Entretanto, o capital circula independente da mercadoria, quando é inserido na produção, pois ao adquirir M para se produzir M', não é a mercadoria que circula e sim o capital. Somente quando M' converte-se em D' é que há, novamente, a circulação de mercadorias.

Dessa forma, quando a mercadoria circula há também a circulação de capital, enquanto que quando há a circulação de capital não há, necessariamente, a circulação de mercadorias, principalmente pelo que ocorre no consumo produtivo, em que o capital dinheiro se transforma em capital produtivo.

BELOTO<sup>35</sup> ainda coloca que no primeiro estágio, o capitalista compra meios de produção (MP) e força de trabalho (FT), processos representados por D-MP e D-FT. Entretanto, o processo que configura o primeiro estágio, D-M, como circulação de capital é o processo de compra de força de trabalho, uma vez que é da exploração desta que origina-se a mais-valia. É um ato de compra, pois de um lado está o capitalista oferecendo dinheiro e do outro lado o trabalhador oferecendo sua força de trabalho. É através da circulação que se transfere a força de trabalho ao capitalista. Portanto, a compra de força de trabalho, ao mesmo tempo em que representa a compra de uma mercadoria, também representa a circulação de capital, mas este último para o capitalista. Já para o trabalhador, a venda de sua força de trabalho não é circulação de capital, pois para o trabalhador a sua força de trabalho não se auto-renova incessantemente, pois a remuneração ou venda da força de trabalho do trabalhador representa apenas ganhos para sua subsistência, ou seja, reposição da força de trabalho.

BELOTO<sup>36</sup> aduz que a circulação da força de trabalho do trabalhador representa uma circulação simples de mercadoria, pois se a força de trabalho é vista como tal, então temos, para o trabalhador a relação FT-D-M, análoga a M-D-M. Assim, o trabalhador vende força de trabalho por dinheiro (FT-D) para poder consumir e ter meios de subsistência (D-M-D). Enquanto para o capitalista a força de

<sup>34</sup> BELOTO, Divonzir Lopes. **O CAPITAL DE COMÉRCIO...**, p. 27.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 28-29.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 29.

trabalho representa a circulação do capital, que atrelada aos meios de produção (máquinas, equipamentos) produz as mercadorias e a mais-valia. Então, em última análise, a circulação simples de mercadorias convive em dependência com a circulação do capital, sendo que aquela é a relação do trabalhador, enquanto esta é a relação do capitalista.

O acima citado autor<sup>37</sup> mostra que a venda do capital mercadoria,  $M'$ , representa o retorno do capital à forma dinheiro,  $D'$ .  $D'$  é representado por  $D+d$ , ou seja, o dinheiro inicial –  $D$  - mais o acréscimo –  $d$ . O ciclo se reinicia com  $D$ , sendo que  $D$  pode ser igual ou diferente de  $D'$  do ciclo anterior. Por isso o capital se auto-renova incessantemente. Se o capitalista reinicia o ciclo com  $D$ , sendo que este é  $D'$  do ciclo anterior, então a acumulação será sempre maior a cada ciclo.

É importante para o capitalista vender toda a sua produção, ou seja, realizar  $M'-D'$ , pois assim ele realizará toda a mais-valia. Caso contrário, parte da mais-valia deixará de ser realizada. E isso representa a verdadeira dificuldade do capitalista, ou seja, em vender as mercadorias, passar do processo produtivo para a circulação de mercadorias, realizar  $M'-D'$ <sup>38</sup>. Esta tornou-se a função do comerciante, como visto.

BELOTO<sup>39</sup> expõe que o capitalista, quando vende a mercadoria, retira mais dinheiro do mercado do que quando lançou o seu dinheiro para adquirir mercadorias para produzir seu produto. A venda tem por objetivo recuperar o capital dinheiro lançado no mercado ( $M-D$ ) e transformar a mais-valia criada e incorporada na sua mercadoria produzida em dinheiro. Dessa forma, o valor que o capitalista injeta no mercado retorna para suas mãos acrescido. O acréscimo é feito na produção, que transforma os meios de produção e força de trabalho, comprados pelo capitalista, em mercadorias específicas, diferentes das mercadorias adquiridas como matérias-primas. A venda do capital-mercadoria, portanto, se constitui em duas vendas distintas: a primeira delas repõe o capital adiantado em  $M-D$ ; já a segunda venda transforma a mais-valia da forma mercadoria para a forma dinheiro.

Assim, segundo o acima citado autor<sup>40</sup>, é nesta venda que ocorre a principal fase para o capitalista, pois é quando o mesmo recupera o capital investido inicialmente  $D$ , e ainda recebe o acrescido de  $d$ , o que perfaz o total de  $D'$ . Quando

<sup>37</sup> BELOTO, Divonzir Lopes. *O CAPITAL DE COMÉRCIO...*, p. 30.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 30-31.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 31.



o capital se transforma da forma capital-mercadoria para a forma dinheiro, pode-se desvincular o capital adiantado investido e a mais-valia.

Por fim, o referido autor<sup>41</sup>, expõe que o capital percorre três formas distintas, a forma capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria, que se constituem no capital que cria a mais-valia, sendo considerado, portanto, capital produtivo ou capital industrial. Assim, o capitalista industrial tem como função ser proprietário do capital-dinheiro, adquirir meios de produção e força de trabalho para o processo produtivo, produzir as mercadorias e, por fim, vendê-las para valorizar o capital.

---

<sup>41</sup> BELOTO, Divonzir Lopes. *O CAPITAL DE COMÉRCIO...*, p. 31.

## CAPÍTULO 2 – A ORIGEM DO COMÉRCIO: FATOS HISTÓRICOS<sup>42</sup>

### 2.1 – A ORIGEM DA CLASSE MERCANTIL

O comerciante, ao contrário das classes camponesas da Idade Média, que trabalhavam nos feudos, cuja origem ocorria por sucessão familiar; diferentemente dos senhores feudais que também adquiriam a terra por hereditariedade; ou ainda, ao contrário dos militares que por questões familiares iam para os exércitos por terem pais militares; o comerciante tem origem e evolução não relacionada com propriedades territoriais e por heranças familiares. É considerado um elemento social instável ao longo da história, pois não apresentam base concreta, como as categorias acima mencionadas<sup>43</sup>.

Os comerciantes nunca representaram uma casta fechada, com costumes rígidos, pois se encontra comerciantes tanto em castas mais elevadas da sociedade como em castas mais baixas. A profissão de comerciante representa dinamismo, ao invés do sedentarismo. Todas as castas podem participar do comércio, sem que haja problemas com relação a classe social. A estabilidade para a classe dos comerciantes é sempre excepcional. Muitos comerciantes escolheram esta profissão por muitos motivos, mas que não estão ligados a família. Muitos filhos de comerciantes escolhem outras profissões<sup>44</sup>.

Os grandes comerciantes, ao longo da história, souberam aproveitar oportunidades surgidas e gostam de assumir riscos. São estimulados pela aventura e pelo risco do negócio. Pertencem a todos os meios sociais ao longo da história<sup>45</sup>.

A história nos ensina que desde o momento em que a renovação do recrutamento comercial se fecha artificialmente pela implantação de um regime social de classe fechado, a classe dos comerciantes tende a tornar-se mais frágil<sup>46</sup>.

---

<sup>42</sup> A grande referência bibliográfica para este tópico é a obra de JACQUES LACOUR GAYET: *in* LACOUR-GAYET, Jacques. **HISTORIA DEL COMERCIO**. Barcelona: Vergara Editorial, 1950, Tomo I, p. 155-265. (todas as traduções de transcrições deste texto foram realizadas pelo autor).

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 159.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 161.

Toda vez que se implanta um sistema de classes sem mobilidade, em que os filhos devem exercer a mesma função dos pais, a classe dos comerciantes perde espaço. Assim, a vitalidade da classe mercantil vem da mobilidade de classe social, em um regime social aberto. Pode-se dizer que na maior parte das civilizações antigas e modernas, a classe mercantil sobrevive de todas as classes da sociedade<sup>47</sup>.

No início das civilizações, nas sociedades primitivas, o comércio aparece atrelado ao nomadismo, ou seja, a povos nômades. O comerciante é um ambulante, que aceita os riscos de grandes peregrinações e as adversidades da vida nômade<sup>48</sup>.

Os comerciantes andam em comboios terrestres, para se protegerem melhor de ladrões e vilões, além de poderem transportar maior quantidade de mercadorias. O mesmo vale para o comércio marítimo, em que os comerciantes realizam grandes viagens pelos países, porto após porto, em grandes comboios, para evitar e se protegerem de eventuais encontros com piratas<sup>49</sup>.

LACOUR-GAYET<sup>50</sup> afirmar, também, que nos tempos antigos, a prática da pirataria e do comércio estiveram associadas. Os primeiros comerciantes da Fenícia, Grécia e Creta, tinham reputação de ousados navegantes, que obtinham mercadorias pela força e pela astúcia.

O supra citado autor<sup>51</sup> também coloca que nos tempos modernos, a maior parte dos conquistadores coloniais foram traficantes ou comerciantes. Entre os conquistadores-trafficantes de alta classe há representantes de todas as classes: nobres, soldados, aventureiros sem escrúpulos, ladrões profissionais, muito hábeis em torturas como também em operações comerciais vantajosas.

Ao longo da história, a vida instável e nômade dos mercadores passa por uma transição ao sedentarismo. Como ocorre com as feiras da Idade Média, em que os mercadores realizavam caravanas de comércio de cidade em cidade, até que passam a se instalar definitivamente em cidades, formando centros comerciais<sup>52</sup>.

O predomínio do nomadismo no comércio aparece como uma característica permanente em sociedades sem economia comercial atrelada à circulação de dinheiro, como economias naturais, de subsistência. Nessas

---

<sup>47</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 161-162.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 162.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 162.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 163-164.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 164.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 165.

economias, apesar de pouco desenvolvidas, existem mercados e mercado, mas são atividades medíocres e limitadas a certas categorias de produtos e luxo ou exóticos, como expõe LACOUR-GAYET<sup>53</sup>.

Os mercados ambulantes são aqueles que transportam suas mercadorias de cidade em cidade. São, a princípio, exclusivamente judeus. Na linguagem da época, a palavra judeu e a palavra mercador aparecem como sinônimos, segundo o referido autor<sup>54</sup>.

As atividades dos mercados judeus havia se precipitado com a expulsão destes pelos islâmicos. Assim, os judeus se dedicavam ao comércio de especiarias, telas preciosas, marfim, entre outros produtos luxuosos e exóticos admirados pela aristocracia (consumidores) e trazidos dos produtores do oriente. A clientela, portanto, era restrita, e o povo não participava deste comércio. Eles se concentraram, sobretudo, na Espanha, França e Itália. Os produtores, neste caso, estavam no oriente, e os comerciantes tinham o trabalho de transportar estas mercadorias do local de origem da produção e levar os produtos para os consumidores.

Eles se moviam grandes distâncias para realizar o comércio, sem oposição das populações onde realizavam negócios. Entretanto, somente com os excessos praticados com o comércio de escravos que levou a Igreja a se manifestar sobre os comerciantes judeus e por fim a uma época de tranquilidade para eles.

LACOUR-GAYET<sup>55</sup> expõe:

“Durante a Alta Idade Média, a sobrevivência de numerosos pequenos mercados não contradiz ao desaparecimento quase total de comerciantes sedentários baixo este regime econômico. Esses mercados públicos que se celebram em todas as partes, nas proximidades das cidades e das abadias, são freqüentados, com efeito, por produtores, camponeses, pequenos artesãos, que vão oferecer ali gêneros agrícolas, como fazem hoje, todavia, nossos lavradores, ou bem artigos rudimentares têxteis ou de alfaiataria fabricado em domicílio. Ali não concorrem negociantes propriamente ditos, mas

<sup>53</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 166.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 166.

<sup>55</sup> Ibidem, p. 167. (Durante la alta Edad Media, la supervivencia de numerosos pequeños mercados no contradice la desaparición casi total de comerciantes sedentários bajo esse regime econômico. Esos mercata publica que se celebran em todas partes, em la proximidad de las ciudades y de las abadias, solo son frecuentados, em efecto, por productores, campesinos o pequeños artesanos, que van a ofrecer allí gêneros agrícolas, como lo hacen todavia hoy nuestros lavradores, o bien artículos rudimentarios textiles o de alfarería fabricados a domicilio. Allí no concurren negociantes propriamente dichos, sino vendedores ocasionales para la satisfacción de las necesidades domésticas de la población de los alrededores).

vendedores ocasionais, que vendem para satisfazer as necessidades domésticas da população dos locais onde vendem as mercadorias. Não são mercadores profissionais.”

O recrutamento dos mercadores nas civilizações ocidentais ocorria a partir de camponeses. Um filho de camponês se estabelece como artesão e acrescenta a sua atividade de produtor certa atividade de comércio. Outra fonte de recrutamento provém do fato de os próprios trabalhadores tornarem-se patrões com o tempo<sup>56</sup>.

Deve-se ressaltar que a sociedade mercantil é muito instável. Por isso, os filhos de comerciantes são sempre orientados a buscarem empregos ou negócios de renda fixa, com maior estabilidade. Por isso os comerciantes têm origem em diversas classes sociais e não somente em uma ou outra isolada.

Na Idade Média, os comerciantes são pessoas que abandonaram sua terra natal para aventurar-se pelo mundo atrás de outros meios de subsistência, deixando o feudo para trás. Passavam a acompanhar caravanas mercantis e tripulações de navios de cabotagem. Apesar disso, era difícil os camponeses deixarem o campo para se tornarem comerciantes. O apego ancestral a terra e a rotina, difícil, mas assegurada, não levavam muitos homens do campo a correr os riscos do comércio<sup>57</sup>.

Em tempos de difícil circulação e de pilhagens, a carreira comercial tocava aqueles que perseguiram um objetivo: fazer fortuna a partir da aventura, tirar proveito das ocasiões e realizar pequenas ambições e transformá-las em grandes ambições, com base nos negócios. A sorte podia ajudar aos mais audazes a fazer brotar novos ricos de uma massa de miseráveis. Numa época em que os laços de subordinação era a regra, os mercadores eram homens cuja condição normal era a liberdade. Esse era a maneira como homens saídos de classes miseráveis obtiveram rápida ascensão, fazendo da aventura e da sorte para o exercício do comércio uma verdadeira profissão, na esperança de se tirar proveito de situações negociais<sup>58</sup>.

O recrutamento da classe mercantil também tem outro fator importante, qual seja estrangeiros, vindos de outra sociedade aberta. A influência de outros povos é determinante para a formação dos comerciantes, pois o sentido do comércio

<sup>56</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 169.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 170.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 170.

vem a ser um resultado de um cruzamento de raças que desperta e estimula faculdades latentes, enquanto certos povos possuem mais habilidades que outras para o comércio. Há vários exemplos ao longo da história sobre a influência de estrangeiros sobre outros povos<sup>59</sup>.

Como expõe LACOUR-GAYET<sup>60</sup>:

“A profissão de mercador só atraía em princípio pessoas mais ou menos: aventureiros, estrangeiros; além de burgueses. O mercador é essencialmente um plebeu. E até mesmo os plebeus médios, os pais destinavam ao comércio aqueles entre seus filhos que julgavam menos dotados, os que tinham, usando uma expressão de SAVARY, uma mente pesada e estúpida.”

A Igreja via o comércio, à princípio, com pouca estima. A nobreza também não via o comerciante com bons olhos, tendo em vista que a aristocracia nobre era fundada na linhagem de castas hereditárias. A ideia de uma pessoa vinda da nobreza ser um mercador era inaceitável e isto significava a perda de privilégios<sup>61</sup>.

Desde a Antigüidade o comércio sempre passou pelo crivo da sociedade, sendo que em alguns momentos foi considerada uma atividade condenável. DENIS<sup>62</sup>, coloca, citando ARISTÓTELES, que “no comércio, o indivíduo rejeita toda a noção de medida, e portanto de virtude, porque a vida virtuosa é uma vida ordenada, medida (...).” Mais adiante, o referido autor<sup>63</sup>, ainda citando ARISTÓTELES, mostra que o indivíduo que pratica o comércio para enriquecer é um ser fora da natureza, que suprime-se do verdadeiro valor dos homens, sendo condenável.

Durante a Idade Média isso também ocorreu. DENIS<sup>64</sup>, citando SÃO TOMÁS DE AQUINO, expõe que este último é contra o comércio, pelos mesmos argumentos de ARISTÓTELES. “*Todavia, admite que, se o comerciante empregar o*

<sup>59</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. **HISTORIA DEL...**, p. 172.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 179. (La profesión de mercader solo atraía em um principio a gentes de poço más o menos: aventureros, extranjeros; a lo más, burgueses. El mercader es esencialmente um plebeyo. Y aun em los médios plebeyos, los padres destinaban al comercio aquellos de entre sus hijos que juzgaban menos dotados, a los que tenían, usando la expresión de SAVARY, “la mente pesada y estúpida”.)

<sup>61</sup> Ibidem, p. 179.

<sup>62</sup> DENIS, Henri. **HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO**. 8ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 55.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 56-57.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 86.

*seu ganho no sustento de sua família e no socorro aos indigentes, a sua actividade pode ser lícita.*” Ou seja, o que se condenava é o enriquecimento pelo comércio. Indo além, era condenada a o enriquecimento (entesouramento) e até mesmo a acumulação de capital pelos comerciantes.

Entretanto, este preconceito não é presente da mesma forma em todos os países durante a Idade Média. Nas Repúblicas mercantis da Itália, os patrícios era uma aristocracia de negócios ao mesmo tempo em que uma nobreza de linhagem. Não havia distinção entre riqueza e poder, entre “**classe acumulada e classe dirigente**”. Não havia proibição alguma entre para que os mesmos homens se encarregassem das casas de comércio e dos negócios do Estado<sup>65</sup>.

Mas a verdade é que pouquíssimos nobres eram mercadores, pois aqueles consideravam sua atividade viver de suas rendas. Além disso, os nobres não tinham muita vocação para o comércio, seja porque as práticas comerciais estavam distantes do tipo de educação que recebiam, seja pela pouca atenção que concediam aos pequenos benefícios e ao sentido de poupança, que são próprios do comércio e a base do seu êxito<sup>66</sup>.

À medida que a economia industrial e comercial substituiu uma economia fundada na riqueza de terras, a nobreza passou a enfrentar dificuldades em manter o seu nível social, que era muito custoso. Assim, começa-se a introdução de cartas outorgadas em Toulouse, cujo objetivo era enobrecer a casta da burguesia mercantil: trata-se de uma autêntica profissão de fé econômica, relatada nos signos antes mesmo do que diria COLBERT.

Cita LACOUR-GAYET<sup>67</sup>, como exemplo, o Rei Luis XI, em 1462 permitiu aos homens gentis exercer o comércio por terra e por mar sem diminuir os privilégios e categoria. Luis XI pode ser considerado o Rei dos Mercadores, ou um mercador disfarçado de Rei. Ele ajudou a desenvolver o comércio e fazê-lo acessível as classes sociais que até então o tinham como proibido.

LACOUR-GAYET<sup>68</sup> ainda coloca as palavras deste Rei: “*Nós queremos, declaramos e ordenamos que todos os senhores, Igreja, nobres e exercito e em geral toda sorte de pessoa, seja qual for seu estado, qualidade e condição, possam*

<sup>65</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. **HISTORIA DEL...**, p. 179.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 179.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 179.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 180.

*e seja lícito realizar comércio por terra, por mar e por rios, sem diminuir a sua nobreza, estado, cargo, dignidade e outras prerrogativas”.*

Não se pode afirmar que a tolerância real haja obtido um grande êxito. A nobreza, com seus prejuízos e maltratada por Luis XI, parecia mais intencionada a não utilizar o novo direito que lhe havia sido dado.

Luis XI desejava que os franceses estivessem presentes no mar Mediterrâneo, sendo que a nobreza servia também a seu Rei empreendendo negócios capazes de enriquecer o país. O principal objetivo era fazer com que a França torna-se um dos maiores importadores de especiarias do Oriente e Alexandria<sup>69</sup>.

No século seguinte, Carlos IX concedeu privilégios aos nobres de Marselha, pois estes estavam seduzidos pelo incentivo as profissões lucrativas. Em 1614, nada podia ser mais vantajoso e mais lucrativo para a nobreza do que equipar navios. Em 1629, Luis XIII, foi determinada uma ordenação para que os nobres possam, sem diminuição de seus privilégios, dedicar-se a determinados comércios, essencialmente o comércio marítimo, ao mesmo tempo em que enobrecia aqueles que tinham construído navios e sustentando-os por cinco anos<sup>70</sup>.

Deve-se admitir que de um lado, muitos homens do povo se dedicaram ao comércio, e de outro lado, que os poucos comerciantes de atacado – que não tinham lojas e não comercializavam com os clientes como os comerciantes de produtos específicos - podiam entrar na nobreza. Nos dois casos, tratava-se de um meio político para realizar o prestígio do comércio e dar poderes ao recrutamento mercantil<sup>71</sup>.

Na Itália e na Inglaterra ocorreu o inverso. Na Itália, a nobreza considerava o tráfico como uma coisa honrosa, particularmente em Gênova, Veneza e Florença, havendo muitos homens do povo que possuíam Galeras particulares para negociar por todo o mar Mediterrâneo. Já na Inglaterra a nobreza da mais alta dignidade não vacilava em dedicar-se ao negócio de lã e gado. Os irmãos menores que não tinham mais alimento e roupas para vestir nas casas de seus irmãos

<sup>69</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 180.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 180.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 181.



maiores não tinham como desonra servir de aprendizes nos estabelecimentos dos mercadores, para aprender o comércio e logo dedicar-se a ele por conta própria<sup>72</sup>.

A nobreza francesa, ao contrário da Itália e Inglaterra, insistia na postura de não rebaixar seu estado para atividades desenvolvidas por plebeus. Tanto é que a nobreza da França proporcionou um escasso contingente ao comércio. E isso se estende a maior parte dos países em que os nobres gozavam de privilégios, como os Estados alemães, Rússia, Espanha entre outros. O obstáculo era sobretudo psicológico: para as atividades da nobreza, o comércio representava uma queda na classe. A nobreza preferia “banhar a ouro seus brasões” casando-se com filhas de ricos comerciantes. Além disso, o medo de se perder os privilégios, que não mais se justificariam se a nobreza passa-se a exercer as mesmas atividades dos plebeus, levando a maior equiparação no modo de viver da nobreza e da burguesia. Para a nobreza, engajar-se em massa no comércio era um suicídio de curto prazo, a consagração do triunfo de idéias igualitárias<sup>73</sup>.

Na época contemporânea, em que as distinções sociais acabaram e a mobilidade de classe social é flexível, o recrutamento da classe comerciante não apresenta nenhum tipo de restrição. Nem mesmo o dinheiro representa obstáculo ao comércio, pois o estabelecimento de um ramo comercial simples não exige muito capital, como coloca LACOUR-GAYET<sup>74</sup>.

O autor<sup>75</sup> ainda aduz que a profissão de comerciante também passou a se reabilitar aos olhos da opinião pública, sendo que hoje em dia produz mais inveja que desdém. Os conhecimentos que se exige, o progresso das técnicas de venda contribuíram para o melhoramento de pessoal.

LACOUR-GAYET<sup>76</sup> expõe que enquanto antigamente, quando um filho não tinha habilidades matemáticas, ou não tinha vocação para apreciar boa literatura e etc., os pais aconselhavam-lhes a dedicar-se ao comércio, única atividade em que se podia triunfar. Hoje, ao contrário, todas as classes sociais têm acesso para ser comerciante. E, além disso, pode-se estudar sobre o comércio e as relações comerciais em grandes centros e grandes escolas, sendo conferido diploma de estudos comerciais.

<sup>72</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 181.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 182.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 184.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 184.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 184.

Há também a influência de elementos novos no comércio, em que certos comércios, por exemplo, de eletro-eletrônicos, automóveis e etc., exigem alguma especialização. Os comerciantes deste tipo de atividade advêm da classe trabalhadora, que laborava em indústrias e conheciam o produto, passando a vendê-los, ao invés de fabricá-los por, de fato, conhecerem muito bem o produto.

## 2.2 - O COMERCIANTE NÃO CAPITALISTA

Se existe uma perenidade no aspecto humano do comércio, esta se manifesta, melhor que em parte alguma, na existência mesma do povo dos mercadores que se encontram em todas as atividades em todas as idades da humanidade e em todos os lugares do mundo<sup>77</sup>.

Esse bom povo é o que ocupa os mercados ao ar livre e os mercados cobertos, as lojas nos cais dos portos do mundo, que trabalha duro ao longo das ruas mais concorridas das grandes cidades, que trabalha nas artérias comerciais nos povos de todos os continentes, que trafica em todos os bairros de Roma, de Alexandria e de Chicago. É a massa mercantil, o proletariado do comércio, que ganha a vida humildemente, modestamente, honradamente, e no meio do qual de deslocam pessoas de todas as origens, mais ou menos sedentárias, com contas pendentes com todas as polícias e que exercem pequenos e inúmeros ofícios. Este era o comerciante não capitalista, cujo lucro era destinado a sua sobrevivência e de sua família.

Aqui temos o comerciante não capitalista que vendia as mercadorias para sua própria sobrevivência e a sobrevivência de sua família. A transição do comerciante não capitalista para capitalista ocorre quando o mercador investe o lucro no comércio. Trataremos sobre o comerciante capitalista mais adiante, quando formos comentar sobre a burguesia mercantil<sup>78</sup>.

É uma massa obscura e anônima. A história oficial não concede quase nenhuma importância a plebe comercial. Não conta, com relevantes individualidades nem com figuras notáveis, e sua atividade sem brilhantismo parece pouco digna de

---

<sup>77</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 187.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 187.

menção. É necessário um motín, uma revolução, um transtorno social para que as crônicas consignem a influência que as reações dessa massa de gente simples, aliada aos artesãos e às vezes com os trabalhadores das fábricas, possam exercer no curso dos acontecimentos<sup>79</sup>.

Esse pequeno povo se apresenta como uma massa anônima e obscura, cuja fisionomia, costumes, gênero de vida são pouco conhecidos e que é necessário reconstituir. Esse ensaio nos mostra um tipo humano, o pequeno mercador, cuja condição não tem mudado em sua essência ao longo de três milênios<sup>80</sup>.

As formas de Governo, os descobrimentos técnicos, o progresso da civilização material tem alterado superficialmente a fisionomia e o gênero de vida do comerciante desde a mais remota Antigüidade.

O comércio prossegue mesmo com mudanças políticas e grandes acontecimentos passados pela humanidade ao longo dos séculos. O Homem poderá sempre mudar as suas idéias, e estas mudanças influenciarem suas condições de vida, mas sempre sentirá necessidades: necessidade do alimento, necessidade trivial de um objeto que o faça se sentir bem, e ao sair para a busca da satisfação das necessidades, o Homem encontrará alguém com a mão estendida oferecendo a mercadoria ansiada.

É por isso que mesmo os mercadores mais humildes merecem esta consideração, pois é parte integrante e singular da atividade humana. Acima de tudo, estes pequenos mercadores atendem a uma necessidade, pois realizam o intercâmbio de mercadorias para atender as necessidades dos consumidores<sup>81</sup>.

Ao longo da história é possível visualizar como o comerciante é visto em cada sociedade. No Egito Antigo, estado autocrático, monarquia de direito divino, na qual toda atividade está subordinada a coletividade e a hierarquia, os comerciantes ocupavam o mais baixo degrau da escala social<sup>82</sup>.

Na Grécia Antiga, em que havia o regime democrático, podendo o Homem escolher qual a profissão que mais lhe agrada e mais acredita ter aptidão (com exceção de Esparta, em que os Homens nascidos nesta cidade deveriam ter como

<sup>79</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 187.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 187.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 188.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 190-193.

profissão funções dentro do exército), havia inúmeros comerciantes, principalmente de classes mais baixas<sup>83</sup>.

Mas, sem dúvida, os principais comerciantes na Grécia Antiga eram os “metecos”, ou estrangeiros. Estes não eram considerados cidadãos de fato, pois cidadão ateniense somente era aquele nascido em Atenas. Além disso, o estrangeiro não podia ser proprietário de terras, nem casar-se com uma cidadã ateniense. Assim, por não poder usufruir dos poderes políticos, nem poder exercer cargos públicos e outras funções que deveria ser atribuída somente a cidadãos, os estrangeiros concentraram-se em atividades manuais, como o artesanato, os ofícios e, sobretudo, o comércio<sup>84</sup>.

Mesmo na Grécia Antiga o pequeno comerciante, que vende no varejo, era visto com desdém pelos gregos – era sinônimo de falsificador, traficante e corrupto. Ao contrário, o comerciante por atacado, ou comerciante dos mares, pois realizava comércio marítimo com outros povos, já era visto com bons olhos, pois gerava riqueza a cidade. Isso tão é verdade que PLATÃO, ao descrever os Homens de sua Cidade Ideal, relega os pequenos comerciantes ao último posto da hierarquia<sup>85</sup>.

Na Roma Antiga havia inúmeras tendas espalhadas pelas cidades, nas quais se negociavam produtos de todos os gêneros. A Plebe mercantil era formada por escravos libertos, por imigrantes de colônias orientais e judeus. Mas as condições para os pequenos comerciantes eram terríveis. Viviam em pequenos aposentos miseráveis, amontoados em quartos que eram próximas às tendas mal cheirosas<sup>86</sup>.

Alguns mercadores, na Roma Antiga, colocavam intermediários para trabalhar vendendo as mercadorias. Eram escravos, que vendiam diversos produtos, obtendo renda para o comerciante proprietário. Os escravos não possuíam nada, pois tudo era de propriedade do mercador. Entretanto, os escravos que trabalhavam no comércio eram vistos como escravos de confiança, quase libertos. Quando era concedida a liberdade aos escravos, seus antigos donos davam-lhes dinheiro para

---

<sup>83</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 193.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 194.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 195.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 197.

que possam exercer o comércio à varejo. E ainda, o ex-patrão que concedia este dinheiro participava em até cinquenta por cento dos lucros resultantes das vendas<sup>87</sup>.

Assim, os ricos comerciantes conseguiam enriquecer também pelo comércio à varejo, com a exploração do esforço alheio, sem serem vistos com desdém pela população.

De maneira geral, na Roma Antiga, o comércio era visto com muito desdém pela população, que considerava trabalhos manuais indigno de homens livres. Ou seja, este tipo de atividade deveria ser exercido por escravos. O comércio à varejo era desdenhado pelos romanos, sendo considerado muito abaixo na escala social, estando acima somente de atividades como o cobrador de impostos e o agiota. Acreditavam que o comércio era uma maneira desonesta de enriquecer, como disse Juvenal e Cícero<sup>88</sup>.

Durante a transição do Baixo Império romano para a Alta Idade Média, a classe dos mercadores praticamente desapareceu da sociedade ocidental. Nas palavras de LACOUR-GAYET<sup>89</sup>, “(...) es um hecho histórico evidente que sufrió em Occidente um eclipse casi total.” Exatamente isso que ocorreu: um eclipse. A classe dos mercadores permaneceu sem definição durante boa parte da Idade Média, sendo resgatada no período das cruzadas, quando o eclipse se desfez.

As corporações desapareceram de um modo lento, os trabalhadores foram sendo reduzidos até o desencadeamento das invasões bárbaras. A população de consumidores também foi sendo reduzida, principalmente nos centros urbanos.

Enquanto as corporações se reduziam, o pequeno comerciante (judeus e gregos) dos mercados e do campo, um nômade que transportava as mercadorias por burros, devido à insegurança da época, seguiam as colunas militares e comercializavam as mercadorias próximas aos acampamentos. Os comerciantes, portanto, antes concentrados nos centros urbanos, passaram a “esparramar-se” pelo campo, para vender seus produtos.

Tanto é que os grandes centros comerciais passaram a ser cidades do Oriente, como Constantinopla e Bizâncio. Os mercadores migravam para regiões onde o comércio era mais favorável. LACOUR GAYET<sup>90</sup> coloca que dentre esses mercadores do Oriente havia descendentes de mercadores gregos e.

<sup>87</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 198.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 200-201.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 202.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 202/203.

principalmente, romanos. Mas a frase a atenção do referido autor que mais chama a atenção é: “As sociedades humanas se movem de acordo com as correntes comerciais” (tradução do autor)<sup>91</sup>.

Mas além daqueles que migraram, houve também aqueles que decidiram por permanecer no Ocidente, em suas terras natais. Estes foram esmagados, o que gerou uma classe de proletariados.

Alguns desses proletariados passaram a ser assistidos pelo Estado, recebendo o que necessitavam para sobreviver. Outros comerciantes passaram a exercer atividades junto ao Estado, ou seja, atuando como empregados do Estado, no serviço de abastecimento do Estado. Outros, ainda, optaram por trabalhar como servos em casas de grandes proprietários e pessoas muito ricas, exercendo suas atividades exclusivamente para a pessoa a qual servia, preferindo a servidão a uma liberdade miserável.

Assim, durante a alta Idade Média, muitos pequenos comerciantes optaram por migrar para o Oriente. Aqueles que não o fizeram, foram obrigados a ocupar outras funções sociais, sendo degradados a servos, e posições inferiores e subalternas. Enquanto no Alto Império Romano os comerciantes pertenciam a uma classe próspera e livre, na Alta Idade Média foram rebaixados a servos ou até mesmo à miséria, salvo os que migraram para o Oriente.

Foi necessário muito tempo para que o comércio e a classe mercantil se restabelessem novamente no Ocidente. Como expõe LACOUR-GAYET<sup>92</sup>:

“O pequeno comércio somente se desenvolve em um clima de segurança e de ordem pública. É sabido que a Idade Média foi por excelência o período da insegurança e da violência predominando sobre o Direito. Há que se esperar o renascimento de um poder estabelecido, de uma jurisdição soberana, de uma proteção dos débeis contra as exações dos mais fortes, para encontrar de novo o tipo normal do pequeno mercador, com a existência assegurada, assentado na sua terra, com garantias contra a injustiça e capaz, por ele, de desfrutar dos provimentos de seu trabalho.” (tradução nossa).

---

<sup>91</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 203 (“las sociedades humanas se desplazan según las corrientes comerciales”).

<sup>92</sup> Ibidem, p. 205. (El pequeño comercio solo se desarrolla en un clima de seguridad y de orden público. Y es sabido que la Edad Media fué por excelencia el período de la inseguridad y de la violencia imponiéndose al derecho. Hay que esperar el renacimiento de un poder establecido, de una jurisdicción soberana, de una protección de los débiles contra lãs exacciones de los más fuertes, para encontrar de nuevo el tipo normal dei pequeno mercader, com la existência asegurada, asentado em su tierra, garantizado contra la injusticia y capaz, por ello, de disfrutar dei provecho de su trabajo).

As trocas comerciais, seja ela marítima, fluvial ou terrestre, continuavam existindo, mas sob a forma de comboios, normalmente circulando em rotas ocupadas por guarnições militares. Em geral, essa forma de comércio não contribuía para o renascimento da classe de pequenos comerciantes.

Somente após o período das Cruzadas que houve maior progresso no tocante a reconstituição da classe de pequenos comerciantes e desenvolvimento do comércio. Quando a sociedade ocidental passou a viver dias mais estáveis, sem haver muitos transtornos, guerras e desordens, é que o comércio pode se desenvolver. Como dito, há a necessidade de se ter segurança, ou seja, a sociedade não pode estar em conflitos constantes (guerras, invasões, transtornos e etc.) para que as relações comerciais possam se desenvolver.

No final da Idade Média, houve grande progresso nas cidades ocidentais, sendo o comércio uma das principais atividades. Nessa época, como aduz LACOUR-GAYET<sup>93</sup>:

“Frequentemente, o mercador e o artesão são uma mesma pessoa, e a fabricação se desenvolve com vista ao comprador. Mas também existem revendedores que oferecem vários artigos, comestíveis, pequenos utensílios domésticos e especialistas: açougueiros, pescadores (...). Esses pequenos mercadores estão, com os artesãos, incluído abaixo do termo comum, que os distingue da burguesia”.(tradução do autor).

Isso tanto é verdade que o mesmo autor<sup>94</sup>, em passagem mais adiante de sua obra faz o seguinte comentário:

<sup>93</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 205-206. (Frecuentemente, el mercader y el artesano son una misma persona, y la fabricación se desarrolla a la vista del comprador. Pero también existen revendedores, que ofrecen artículos varios, comestibles pequeños útiles domésticos, y “especialistas”: carniceros, pescadores(...). Esos pequeños mercaderes están, con los artesanos, englobados bajo el término de “común”, que los distingue de la burguesia).

<sup>94</sup> Ibidem, p. 273. (Fue el desarrollo de la producción y la especialización del trabajo lo que determino la multiplicación de los “distribuidores” puros. Esto no quiere decir que el revendedor al por menor, que no trabajaba con sus manos, no existiera ya mucho antes de la época moderna; pero si, que mientras ahora de la actividad de comerciante es ejercida por gran número de individuos que compran mercancías para revenderlas, sin participar de ninguna manera en su producción ni en su transformación, durante largo tiempo y hasta una época reciente, el comerciante se identifico generalmente con el productor. La historia de los oficios se confunden.).

“Foi o desenvolvimento da produção e a especialização do trabalho que determinou a multiplicação dos ‘distribuidores’ puros. Isto não quer dizer que o revendedor por varejo, que trabalha com suas mãos, não existia muito antes da época moderna; mas, enquanto agora as atividades de comerciante é exercida por um grande número de indivíduos que compram mercadorias para revendê-las, sem participar de nenhuma maneira na produção e transformação, durante muito tempo e até uma época recente, o comerciante se identificou geralmente com o produtor. A história do pequeno comércio e a história dos ofícios se confundem.” (tradução do autor).

Isso ilustra o que havíamos dito no Capítulo 1, ou seja, que num primeiro momento o comerciante e o produtor se confundiam, sendo que a medida que a produção e o produtor se especializam, foi necessário a inclusão de um componente que apresenta relevante papel social, principalmente para o desenvolvimento do sistema de produção: o comerciante.

Em outra passagem de sua obra, LACOUR-GAYET<sup>95</sup>, nos mostra o papel do comerciante:

“A ampliação do mercado dos artesãos se dá também de uma maneira indireta. A evolução iniciada na idade Média continua nos séculos seguintes. Ao lado do artesão, que segue trabalhando diretamente para o consumidor, aparece, cada vez com maior frequência, um intermediário, o mercador, modesto ou importante, que compra a produção do artesão, especialmente nas pequenas cidades e no campo, para revendê-la por conta própria.”(tradução nossa).

### 2.3 - TRANSIÇÃO DO COMERCIANTE NÃO CAPITALISTA PARA COMERCIANTE CAPITALISTA.

O comércio, principalmente o comércio nômade, como já apresentado, dedicado na venda por varejo, pode ser considerado não capitalista, num primeiro momento. Como já expusemos acima, o comerciante, no início, realizava vendas para sua subsistência, ou seja, seu lucro era destinado para sua manutenção apenas. Isso aconteceu desde os primórdios da humanidade, pois as primeiras

<sup>95</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 277. (La ampliación del mercado de los artesanos se hizo también de una manera indirecta. La evolución iniciada en la Edad Media continúa en los siglos siguientes. Al lado del artesano que sigue trabajando directamente para el consumidor, aparece, cada vez con mayor frecuencia, un intermediario, el mercader, modesto o importante, que compra la producción del artesano, especialmente en las pequeñas ciudades y en el campo, para revenderla por su cuenta).



formas de comércio, como visto, foram realizadas por povos nômades, que em suas viagens negociavam com outros povos.

Entretanto, somente com o desenvolvimento de um comércio por atacado, em que os comerciantes adquiriam grandes quantidades de mercadorias para revendê-las, é que houve uma transição para o comércio capitalista.

Resumidamente, havia um comércio nômade. Com a formação de um excedente agrícola, e conseqüente surgimento de cidades, este comércio nômade passou a ser um comércio sedentário, em que os comerciantes negociavam em tendas próximas as cidades, formando-se centros comerciais ao longo da história. Entretanto, este comerciante sedentário era apenas um pequeno comerciante, que vendia suas mercadorias para poder sobreviver.

Mas com o desenvolvimento dos meios de transporte, principalmente o transporte por navios, o comércio por atacado ganhou destaque. Tanto é que os pequenos comerciantes, como também já dito, eram mal visto pelas sociedades antigas, sendo considerados piratas, falsificadores, trapaceiros, entre outros termos pejorativos. Enquanto isso, os comerciantes por atacado eram bem vistos pela sociedade, pois atraíam riquezas para suas sociedades, seja na Antigüidade ou na Idade Média.

Assim, com este desenvolvimento do comércio por atacado, o comércio por varejo também se desenvolveu. Mas o comércio passou para uma característica capitalista no comércio por atacado, em que grandes quantidades de produtos eram adquiridas para serem vendidas pelos pequenos comerciantes.

E esse desenvolvimento mais rápido do comércio atacadista foi possível graças ao agrupamento dos comerciantes desta categoria. LACOUR-GAYET<sup>96</sup> expõe que *“o comércio dos mercadores, durante todo o tempo de sua existência, parece haver sido praticado mais frequentemente por grupos. Todos os historiadores insistem sobre o importante lugar que ocupa a associação no grande comércio, seja antigo ou medieval.”*(tradução do autor).

Esses agrupamentos foram realizados com dois intuitos: um defensivo e o outro por ganância dos comerciantes.

---

<sup>96</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 297. ((...)) el comercio de los mercaderes, durante todo el tiempo de su existencia, parece haberse practicado lo más frecuentemente por grupos. Todos los historiadores insisten sobre el importante lugar que ocupa la asociación en el gran comercio, antiguo o medieval).

O caráter defensivo visava a proteção contra perigos que podiam acontecer durante o percurso das rotas comerciais, como assaltos, ataque de piratas, calamidades naturais, enfim por uma série de fatores que poderiam por em risco os negócios realizados.

Já a ganância, como aduz LACOUR-GAYET<sup>97</sup>: *“a associação comercial não tem por único objetivo a defesa, sem que também tenha a ganância. Os mercadores, ao agrupar-se, tratam de reunir a maior quantidade de meios materiais e financeiros, tendo em vista o máximo benefício.”* (tradução nossa)

Essas associações ocorriam tanto por mar quanto por terra, sendo sob a forma de caravana e comboio respectivamente. Eram de modo geral, expedições semi-comerciais e semi-militares. *“O comércio por atacado utilizava com preferência as rotas marítimas e fluviais, pois os comboios de mercadores são ainda mais numerosos que as caravanas, ou porque realizavam um volume de negócios mais considerável, pela razão da capacidade dos navios”*<sup>98</sup> (tradução do autor).

O referido autor<sup>99</sup> ainda comenta sobre o efeito que esses agrupamentos tiveram para o nascimento de sociedades coletivas:

*“Estes grupos de mercadores podem constituir simples associações de fato, nas quais somente se compartilham os riscos e cada qual trafica por sua própria conta. Na realidade, ditos grupos começaram freqüentemente a ser, entre os Fenícios como entre os primitivos grêmios germânicos, sociedades rudimentares, nas quais se comprava e vendia em comum e os benefícios eram repartidos proporcionalmente a contribuição de cada um. Algumas delas são verdadeiras sociedades coletivas: dois ou mais mercadores colocam em comum seu trabalho e todas ou parte de sua riqueza para fazê-las frutificar durante um tempo determinado e repartindo os benefícios e eventualmente as perdas, segundo uma proporção estabelecida de antemão.”* (tradução do autor)

<sup>97</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 297. (la asociación comercial no tiene por único objeto la defensa, sino que tiende también a la ganancia. Los mercaderes, al agruparse, tratan de reunir la mayor cantidad de medios materiales y financieros, en vista a um máximo beneficio.)

<sup>98</sup> Ibidem, p. 297 (El gran comercio utilizaba con preferéncia lãs rutas marítimas y fluviales. por lo que los convoyes de mercaderes son aún más numerosos que lãs caravanas, o, por lo .menos, realizan um volumen de negócios más considerable, por razón de la capacidad de las naves).

<sup>99</sup> Ibidem, p. 297. (Estos grupos de mercaderes pueden constituir simples asociaciones de hecho, en las cuales solo se comparten los riegos y cada cual trafica por su cuenta personal. Em realidad, dichos grupos llegaron a ser a menudo, entre los fenicios como em los primitivos grêmios germânicos, sociedades rudimentares em las cuales se compraba y vendia em común y em que los beneficios eran repartidos a prorrata de la aportación de cada uno. Algunas de ellas son verdaderas sociedades colectivas: dos o más mercaderes ponen em común su trabajo y todas o parte de sus riquezas hacerlas fructificar durante um tiempo determinado y repartis elos beneficios y eventualmente las perdas, según uma porporción establecida de antemano).

Outra forma de sociedade bastante comum, e também antiga, de sociedade de comerciantes eram as sociedades em comandita. Este tipo de sociedade foi muito difundida na Roma antiga e muitos séculos depois nas cidades-estado italiana, Gênova, Veneza, Pisa entre outras. Muitos nobres, burgueses e pessoas da Igreja dedicaram-se ao comércio atacadista por intermédio das sociedades por comandita.

LACOUR-GAYET<sup>100</sup> expõe a principal diferença entre as sociedades coletivas e as sociedades por comandita:

“Nas sociedades coletivas, os homens decidem reunir seus recursos e seu trabalho para conseguir uma ganância que não obteriam com uma ação separada. A sociedade em comandita tem outro caráter. Pessoas não comerciantes provêem capital para financiar expedições de comerciantes. O capitalismo faz uma aparição formal.” (tradução do autor)

Isso mostra, conforme apresentamos no capítulo 1, sobre o fato do capital haver sido inserido primeiramente no comércio do que na indústria. Comprova-se que o capital comercial é mais antigo e é a função por excelência do capital.

Nota-se que o autor supracitado expõe sobre a existência destas sociedades já na era dos romanos. Ou seja, já havia uma tendência para o sistema capitalista deste o Império Romano, pois o comércio era difundido. Tanto é que se formavam sociedades comerciais para se obterem maiores ganhos. E mais, investia-se, ou financiavam-se as expedições comerciais para se obterem retornos maiores sobre o recurso investido.

E mais, na Roma Antiga já havia sociedades por ações, que eram muito prósperas, cujo capital estava dividido em partes negociáveis. As sociedades por ações eram destinadas unicamente ao comércio atacadista. LACOUR-GAYET<sup>101</sup> também mostra que essas sociedades por ações tinham outras características e atribuições, como o recebimento de impostos, dízimos, direitos ou créditos e operações do domínio público. Por isso, segundo o referido autor, apresentava uma

<sup>100</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 297/298. (En las sociedades colectivas, los hombres deciden reunir sus recursos y su trabajo para conseguir una ganancia que no obtendrían com una acción separada. La sociedad em comandita tiene outro carácter. Gentes no comerciantes suministran capital para financiar expediciones de comerciantes. El capitalismo hace acto de presencia).

<sup>101</sup> Ibidem, p. 298.

característica mais financeira do que comercial. Além disso, e o que é muito importante, as sociedades por ações não foram muito difundidas na Idade Média, sendo a sociedade em comandita a mais popular. Essas sociedades por ações passaram a ser mais comuns no final da Idade Média, quando o caráter capitalista do comércio atacadista se afirmava cada vez mais.

LACOUR-GAYET<sup>102</sup> também comenta sobre as companhias de comércio, que apareceram por volta do século XVII, cuja característica preponderante era serem sociedades de capitais. As ações dessas companhias circulavam pouco, e também pertenciam a poucas pessoas. Além disso, essas companhias eram estabelecidas por cartas patentes e outros documentos públicos, e tinham por atribuição realizar o comércio com países distantes. Foi, sem dúvida, um marco evolutivo das sociedades comerciais.

Outro fator importante sobre a transição do comércio não capitalista para comércio capitalista foi o fato dos comerciantes por atacado e os comerciantes específicos de alguns tipos de mercadorias terem colocado os artesãos sob sua autoridade e convertê-los e assalariados. Além disso, criavam para os mestres uma nova saída para a produção, cujo destino eram os consumidores individuais<sup>103</sup>.

E ainda, outro marco importante sobre a transição do comércio capitalista para não capitalista foi dissociação do artesanato e do comércio. A revolução industrial transformou um estado de coisas que durava havia séculos. A mudança tendia a substituir o artesanato pela grande indústria, e a produção individual (os artigos de uso corrente, num primeiro momento) pela produção em série. Desde então, a atividade de fabricação e a atividade de venda se dissociaram, depois de haver estado tanto tempo reunidas. Começo a distinguir-se mais notadamente a função comercial, laço de união entre a produção e o consumo e simultaneamente o elemento motor de uma e de outro<sup>104</sup>.

Como conclusão para este tópico, colocamos que se, na história da humanidade, o império romano não tivesse enfrentado o colapso, do qual resultou no sistema feudal, baseado em trabalho servil e agricultura de subsistência, a humanidade já estaria vivenciando, desde então, um modo produção mais próximo do modo de produção capitalista. Como foi visto, em Roma havia uma sociedade

---

<sup>102</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 298.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 277.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 278.

cuja base econômica era o comércio, e com a queda do Império Romano, houve um eclipse da classe mercantil e um quase desaparecimento das relações comerciais, pois o modo de produção feudal representou um retrocesso para o comércio. Somente mais tarde, quando os feudos produziam excedentes, que foi possível retomar o comércio. Principalmente devido a formação das cidades e, posteriormente, dos centros comerciais.

MAGALHÃES FILHO<sup>105</sup> pactua da mesma opinião sobre o assunto:

“Vimos como o feudalismo europeu foi o produto do retrocesso da base econômica, partindo de um estágio avançado, o comercial, para um mais atrasado, o da agricultura de subsistência em seu estágio feudal. Vimos também como, em seu início, o feudalismo foi produto, e ao mesmo tempo acelerador, da desagregação das relações comerciais que caracterizaram a civilização precedente.”

Como expusemos, com base na obra de LACOUR-GAYET, em Roma, os comerciantes já se agrupavam para formar sociedades comerciais, que tinham por objetivo fazer com que os grupos comerciais tivessem mais força para negociar. Além disso, os ganhos eram divididos entre os membros dessa sociedade e os comerciantes daquela época provinham capital para expedições comerciais. o aumento da ganância foi grande responsável por isso.

Outro aspecto fundamental para sacramentar que o comércio tornou-se capitalista antes mesmo da produção, é que o pequeno comerciante vendia as mercadorias no varejo para subsistência, ou seja, seu lucro era destinado a alimentação moradia e etc. Já o grande comerciante, que vendia por atacado, comprava e vendia mercadorias para obter o lucro, o qual parte era destinado a subsistência enquanto outra parte era reinvestido no comércio por atacado.

---

<sup>105</sup> MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. *HISTÓRIA ECONÔMICA*. 7. Ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1981. p. 141.

## 2.4 – O COMERCIANTE CAPITALISTA

LACOUR-GAYET<sup>106</sup> busca a definição de burguesia, começando por delimitá-la pelo fato do burguês ser aquele quem detém certa riqueza ou apresenta certa situação de fortuna.

Mas para distinguir, dentro da classe burguesa aquela que corresponde a burguesia mercantil, e se difere da classe que havíamos chamado de povo mercantil, ou plebe mercantil, é necessário atentar para alguns detalhes.

De forma geral, como já visto, a plebe mercantil vem de várias classes sociais e de vários povos. E a classe da burguesia mercantil vem dessa plebe mercantil. Muitos integrantes do povo mercantil enriqueceram, formando uma burguesia mercantil, assim como muitos burgueses também enriqueceram mais ainda através do comércio.

A verdadeira distinção, para o autor<sup>107</sup> acima citado, está na condição humana, na classe de trabalho e nos hábitos de vida. Enquanto a plebe mercantil é aquela que trabalha com as mãos, manipulando as mercadorias no sentido de cortar, transportar, receber, e etc, a mercadoria, a burguesia mercantil tinha pessoas que faziam isso por ela, sendo que os clientes do comerciante burguês eram artesãos, manufatureiros e até outros comerciantes que vendiam no varejo. Assim, naquela época, a evolução de uma profissão na escala social se dá pela ausência de trabalho manual.

O pequeno comerciante não precisa de muita instrução para realizar suas atividades mercantis. Pode, através da experiência, aprender a trabalhar no comércio. Já os comerciantes por atacado necessitam de mais conhecimento para poder sobreviver no mercado. Estes conhecimentos são, conforme apresenta LACOUR-GAYET<sup>108</sup>, cálculos e deduções, cálculo de preços, pesos e taxa de câmbio das moedas, fretes e descontos, entre outros conhecimentos.

A decadência dessa instrução e da educação durante vários séculos fez com que a burguesia mercantil praticamente desaparecesse. Durante a alta Idade Média, grande parte da classe mercantil é analfabeta e ignorante. Não sabe

---

<sup>106</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 219.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 220.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 221.

escrever, tampouco redigir contratos, limitando-se a fazer contas muito simples. A classe mercantil, assim como a burguesia mercantil (como colocado acima) quase desaparece durante a Idade Média.

A partir do século XI, quando a Europa vive a era do renascimento, cuja instrução e a intelectualidade apresentam grande salto no desenvolvimento, surge classes de mercadores profissionais na Itália, Flandres (Holanda) e Alemanha. De maneira geral, nessa época, os mercadores permanecem sem grande instrução, mas passam a utilizar serviços de pessoas com um pouco mais de educação escolar. Além disso, passam a enviar seus filhos as escolas nas catedrais e monastérios. Alguns, ainda, com mais recursos financeiros preferiam contratar os serviços de mestres particulares, para que o ensino a seus filhos fosse dedicado em domicílio.

Como mostra LACOUR-GAYET<sup>109</sup>, os mercadores mais bem instruídos puderam desenvolver melhor seus negócios, superando outros comerciantes menos instruídos ou ignorantes. Além disso, estabeleceram as bases da burguesia mercantil e seus conhecimentos impulsionaram a formação de suas empresas. Grande parte daqueles que viajaram e criaram grandes negócios, arriscando capital e passaram a uma classe burguesa, tinham algum tipo de instrução.

Além da instrução, a burguesia mercantil utilizava de uma técnica ou ciência mercantil, que consiste na contabilidade. Os pequenos comerciantes não utilizam esta técnica (contabilidade) de início, mesmo os princípios básicos, por não conhecerem o que esta ciência pode realizar. O emprego da contabilidade faz com que seja estabelecido um padrão do que é uma empresa.

A burguesia mercantil surge quando a empresa é estabelecida, sendo, portanto, necessário a utilização de escritórios. LACOUR-GAYET<sup>110</sup> mostra essa importância:

“Enquanto não existe separação entre a operação comercial e a operação material de transferência de mercadorias, a empresa erra e suas peregrinações impedem o uso da

<sup>109</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 222.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 223. (Mientras no existe separación entre la operación comercial y la operación material de transferencia de la mercancía, la empresa es errante y sus peregrinaciones impiden el uso de la técnica. Por el contrario, em el momento que la mercancía circula, sin ir acompañada dei vendedor, se realiza um decisivo progreso que permite uma renovación de la vida comercial, la edificación dei gran negocio, la constitución de uma clase poderosa de mercaderes que se elevan al rango de la burguesia).

técnica. Por outro lado, no momento em que a mercadoria circula, sem ir acompanhada do vendedor, realiza-se um decisivo progresso que permite uma renovação da vida comercial, a edificação do grande negócio, a constituição de uma classe poderosa de mercadores que se elevam ao nível da burguesia.” (tradução do autor).

Segundo o referido autor, esta revolução técnica ocorreu por volta do século XII. Ele descreve essa evolução<sup>111</sup>:

“Todo negócio importante busca um ponto de apoio permanente, que é a base de uma rede de correspondentes com os quais se trata a distância, por meio de atos selados e de letras de câmbio, enquanto que os registros de comércio – originalmente folhas de pergaminho – que se levam para servir de controle a marcha dos negociadores nos lugares mais distantes, e nos estados dos pagos. As caravanas escoltadas são substituídas pela empresa individual organizada.” (tradução do autor).

A contabilidade, que era simples à princípio, vai se aperfeiçoando e novas técnicas vão surgindo, o que contribui para modificar o modo de pensar dos comerciantes. Como expõe o referido autor<sup>112</sup>, o método contábil das partidas dobradas (apesar de não ser do escopo deste trabalho a explicação desta técnica contábil, tal método consiste nos lançamentos em débito e crédito) ajudou muito no progresso do capitalismo, sendo seus efeitos comparados aos das grandes navegações. “Graças a nova ciência do mercador, estabeleceram-se as dinastias dos mercadores-burgueses(...)”<sup>113</sup>(tradução do autor).

Além do progresso na contabilidade, houve também progresso nas técnicas mercantis de crédito. Como mostra LACOUR-GAYET<sup>114</sup>,

<sup>111</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 223. (Todo negocio importante busca um punto de apoyo permanente, que es la base de una red de correspondientes con los cuales se trata a distancia, por medio de actas selladas y de letras de cambio, mientras que los registros de comercio – originariamente hojas de pergamino – que se llevan por la sede social sirven para controlar la marcha de los negocios en los lugares más lejanos, y el estado de los pagos. Las caravanas escoltadas son substituídas por la empresa individual organizada).

<sup>112</sup> Ibidem, p. 223.

<sup>113</sup> Ibidem, p. 224. (Gracias a la nueva ciencia dei mercader, se establecieron las dinastias de mercaderes-burgueses...)

<sup>114</sup> Ibidem, p. 224. (El tráfico lejano trajo consigo los pagos a plazos y un juego constante de deudas y créditos. Entonces aparece, o por lo menos toma incremento, la venta a crédito. Los mercaderes burgueses enriquecidos no tardaron en conceder a sus compradores créditos con plazos suficientes para que pudiesen pagar las mercancías con el producto de las ventas).



"o tráfico distante trouxe consigo os pagamentos à prazo e um jogo constante de débitos e créditos. Então aparece, ou pelo menos incrementa-se, a venda à crédito. Os mercadores burgueses enriquecidos não tardarão em conceder a seus compradores créditos com prazos suficientes para que pudessem pagar as mercadorias com o produto de suas vendas." (tradução do autor).

Outro importante fato mencionado pelo autor<sup>115</sup> (o que evidencia mais que o pequeno comerciante não era capitalista, mas sim o grande comerciante) é que o crédito comercial, por volta do século XIII, não era praticada pelo pequeno comerciante local, pois quem corria riscos eram os grandes comerciantes burgueses. sendo que essa condição variou pouco ao longo dos séculos.

Pelo fato da burguesia mercantil negociar mercadorias com base em um sistema de crédito, houve muitas relações dessa classe com os meios bancários. Essas relações da burguesia com os bancos da época, caracterizam o grande comércio, mesmo que o crédito e as preocupações dele concernentes tenham sido constantes, principalmente para as pequenas empresas.

Outro ponto importante destacado por LACOUR-GAYET<sup>116</sup> e que mostra o caráter capitalista do comércio realizado pela burguesia mercantil está exposto da seguinte forma:

"Da prática do crédito, que tem desempenhado uma ação preponderante desde o final da Idade Média, os grandes mercadores passaram a emprestar dinheiro. A maior parte dos banqueiros são grandes negociantes que enxertaram o banco no comércio de mercadorias. **Este era um ofício que escapava ao povo de pequenos comerciantes, que não dispunham de reservas monetárias.** Pelo contrário, os grandes mercadores, burgueses opulentos, eram todos, ao mesmo tempo, agentes comissionados, caixeiros de loja, empresários de transporte, construtores de navios e banqueiros, em cujas atividades podiam empregar abundantes capitais". (grifo e tradução do autor)

Além dessa força advinda do capital, os mercadores burgueses tinham forte tendência a se agruparem, formando associações ou organizações comerciais, que conferiam maior poder de negociações dos produtos no comércio. Enquanto o

<sup>115</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 224.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 224. (De la práctica del crédito, que há desempeñado una acción preponderante a fines de la Edad Media, los grandes mercaderes pasaron a los prestamos en dinero. La mayor parte de banqueros de negocios son grandes negociantes que injertaron la banca en el comercio de mercancías. Era este un oficio que escapaba al pueblo de pequeños comerciantes, que no disponían de reservas monetarias. Por el contrario, los grandes mercaderes, burgueses opulentos, todos eran, al mismo tiempo, comisionistas, almacenistas, empresarios de transportes, armadores y banqueros, en cuyas actividades podían emplear abundantes capitales).

pequeno comerciante busca o individualismo, sendo contra as organizações, a burguesia mercantil se unia para aumentar o poder.

Há vários fatos históricos apresentados por LACOUR-GAYET<sup>117</sup> em sua obra que representam esta organização e união da burguesia mercantil. Vejamos:

“Em Roma, as associações profissionais tomaram grande consistência abaixo do Império, especialmente aquela que asseguravam o abastecimento da capital, *negotiatores* ou *navicularii*”, é dizer, comerciantes em alimentos e fretadores marítimos (...). Mesmo que os artesãos, os empregados, os pequenos comerciantes, a gente pobre, limitassem-se a agrupar-se em ‘confrarias’, a burguesia mercantil, os grandes comerciantes, organizavam-se em ‘sociedades’, dotados de estatutos e constituindo uma espécie de corpo intermediário entre a massa proletária e a nobreza territorial.” (tradução do autor)

Essas agrupações ocorrem também durante a Idade Média, mas sob outra prerrogativa: a insegurança nas rotas comerciais. Como já visto, durante a Idade Média o comércio e o comerciante quase desapareceram. Entretanto, os poucos que exerciam esta atividade organizavam-se em associações para poderem transportar as mercadorias com maior segurança pela rotas comerciais, tendo em vista os inúmeros conflitos que marcaram o período histórico, além da falta de uma autoridade que tutelava os direitos de forma homogênea, o que também contribuía para a insegurança (não só violência), mas jurídica do período.

O supra referido autor<sup>118</sup> nos mostra um exemplo do prestígio que essa classe de comerciantes, a burguesia mercantil, gozava, principalmente no final da Idade Média e na Idade Moderna:

<sup>117</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. **HISTORIA DEL...**, p. 226. (Em Roma, las asociaciones profesionales tomaron gran consistência bajo Imperio, especialmente las que aseguraban el abastecimiento de la capital, *negotiatores* o *navicularii*, es decir, comerciantes em alimentos y fletadores marítimos(...). Mientras que los artesanos, los empleados, los pequeños tenderos, la pobre gente, se limitaban a agruparse em ‘confradías’, la burguesia mercantil, los grandes mercadores, se organizaban em “sociedades” dotadas de estatutos y constituyendo una especie de cuerpo intermedio entre la masa proletaria y la nobleza territorial).

<sup>118</sup> Ibidem, p. 229. (No es preciso insistir con prolijidad acerca de las sólidas instituciones profesionales que representaron em Francia, durante vários siglos, las grandes corporaciones de burguesia mercantil llamadas los “si-corps”, a cuya cabeza figuraban los “merciers-grossiers”, que por razón de que su negocio es el provecho y la gloria de la capital(...). Imbuídos de uma espécie de espíritu aristocrático que situaba el negocio muy por encima de los oficios manuales, cualquier miembro de esos cuerpos consideraba su calidad de “mercader” como um honor inestimable, como equivalente a um título de nobleza).

“Não é preciso insistir acerca das sólidas instituições profissionais que representaram na França, durante vários séculos, as grandes corporações de burguesia mercantil chamadas “*six –corps*”, cuja cabeça figuravam os “*merciers-grossiers*”, que gozavam de patente imunidade pela razão de que seus negócios eram em proveito e pela glória da capital(...). Imbuídos de uma espécie de espírito aristocrático que situava o negócio muito acima dos ofícios manuais, qualquer membro desses corpos considerava sua qualidade de ‘mercador’ com uma honra inestimável, como equivalente título de nobreza.” (tradução do autor)

O autor<sup>119</sup> destaca também como o comerciante tinha um prestígio maior do que os artesãos, pois *“um mercador que compromete a dignidade de sua companhia caía na classe do povo médio; um artesão que passara a classe dos mercadores era de certa maneira objeto de promoção (...)”* (tradução do autor)

Deve-se destacar que o comerciante é um empreendedor por natureza, que assume riscos e aventura-se para realizar seus negócios e, com isso, enriquecer. Ele corre os riscos da atividade com a esperança de aproveitar as oportunidades que lhe são apresentadas. Assim, o comerciante consegue desenvolver melhor os negócios em regimes de governo em que há mais liberdade e segurança jurídica. Os comerciantes que negociavam no atacado, principalmente em transações de comércio exterior, para aumentarem e expandirem seus negócios precisaram correr os riscos da profissão, e aventurar-se, principalmente pelo fato de tratar-se de uma época em que os meios de transporte eram, de certa forma, precários e as rotas comerciais tinham vários obstáculos, como exposto no início do capítulo.

LACOUR-GAYET<sup>120</sup> ainda expõe que dentro da classe da burguesia mercantil há subdivisões. A burguesia mercantil não é uma classe uniforme e delimitada dentro de padrões pré-estabelecidos. Para o autor, há a pequena burguesia, média burguesia e alta burguesia, sendo estas três subclasses representadas por pessoas do povo e da aristocracia ou nobreza.

Para o referido autor, a pequena burguesia quase se confunde com o povo mercantil e trabalhadores propriamente ditos. Cita como exemplos os tendeiros da Idade Média, pequenos artesãos e trabalhadores manuais. A burguesia média diferencia-se da pequena burguesia, pois, para o autor, a burguesia média

<sup>119</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 229. (Um mercader que comprometiera la dignidad de su compañía caía em la clase dei pueblo medio; um artesano que pasara a la clase de los mercaderes era em cierta manera objeto de una promoción(...)).

<sup>120</sup> Ibidem, p. 233.

apresenta melhor instrução, mais sofisticação no consumo e nos hábitos de vida, além das atividades comerciais desenvolvidas serem mais complexas.

O citado autor<sup>121</sup> ainda coloca que a massa mais importante de comerciantes são dos que vendem por varejo, em armazéns, trabalhando com a ajuda da família e até mesmo empregados:

“Seu capital é geralmente pequeno, sua instrução muito elementar, mas não lhes falta iniciativa, aquecida por certa prudência. Gozam de algumas considerações em seu ramo de atividade. Certamente muitos deles são de origem modesta, saídos também de pequenos comerciantes, ou recrutados entre os empregados e os criados que pouparam seus salários.” (tradução do autor)

O autor<sup>122</sup> também aponta que este comerciante “(...) *tem a responsabilidade de seu negócio; não é somente seu ‘modus vivendi’ que está em jogo, mas sim seu próprio capital; sua existência e a dos seus familiares dependem exclusivamente de sua gestão.*” (tradução e destaque do autor).

Além disso, os pequenos comerciantes tinham espírito de poupança. Entretanto, eles pouparam não para especular ou investir para gerar mais riqueza, mas para apenas terem uma vida mais confortável para seu próprio futuro e o futuro de muitas gerações.

A burguesia média é uma classe dirigente, pois exerce influência política. O autor<sup>123</sup> coloca que na burguesia média estão homens de negócio que trabalham com capitais importantes, tem aptidões especiais, tradição familiar, instrução e sofisticação nos hábitos de vida. Normalmente são donos de grandes estabelecimentos comerciais.

LACOUR-GAYET aduz sobre os comerciantes capitalistas, que comprovam a teoria apresentada no primeiro capítulo, de que o capital comercial é

<sup>121</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 233. (Su capital es generalmente pequeño, su instrucción muy elemental, pero no les falta iniciativa, templada por cierta prudencia. Gozan de alguna consideración en su radio de actividad. Ciertamente muchos de ellos son de modesto origen, salidos a su vez de pequeños comerciantes, o reclutados entre los empleados y los criados que ahorraron de su sueldo).

<sup>122</sup> Ibidem, p. 234. (tiene la responsabilidad de su negocio; no es solamente su modus vivendi el que está en juego, sino su propio capital; su existencia y la de los suyos dependen exclusivamente de su gestión).

<sup>123</sup> Ibidem, p. 236.

mais antigo do que o modo de produção capitalista, em uma fase em que o comércio ainda dominava a indústria<sup>124</sup>.

“Um tipo notável dessa classe de capitalistas comerciantes é a que representam até o final do século XVIII, o negociante empresário que, em quase toda a Europa, a falta de indústria concentrada, ou de fábricas agrupadas, faz o trabalho por parte aos fabricantes: dito de outro modo, para os trabalhadores em domicílio. (...) desde o século XVII, esses empresários-mercadores fornecem matérias-primas, ferramentas e pedidos a muitos jornaleiros, camponeses e artesãos. Esses trabalhadores, que possuíam geralmente um ofício, estão sob a dependência do capitalista que dá a mercadoria – sobretudo tratando-se de tecidos – a última preparação antes de revender a mercadoria ao comerciante de varejo.”

Este tipo de comerciante esteve presente em vários países do mundo, principalmente em toda a Europa, realizando o comércio em grandes quantidades.

O autor<sup>125</sup> também destaca a existência de uma aristocracia mercantil, formada pela “flor” ou “nata” da burguesia mercantil. São geralmente os comerciantes que realizam negócios com o exterior, transações com os estrangeiros. Exercem atividades que permitem grandes ganhos de dinheiro, mas também envolve altos riscos e perigos. Não é difícil encontrar comerciantes que se arruinaram com o comércio exterior.

Esses grandes comerciantes tiveram origem em Cartago, realizando o comércio marítimo e enriquecendo a partir dele. No Mediterrâneo, formaram-se sociedades poderosas que realizavam o comércio com navios, foram os antepassados das sociedades comerciais italianas da Idade Média. Na Roma Antiga também estiveram presentes. Já durante a Idade Média, eles desapareceram por certo período, ressurgindo com o renascimento das cidades e o progresso econômico.

O comércio de lã da Inglaterra era dominado pelos italianos no século XIII. Enquanto os ingleses criam as ovelhas e produzem a lã, os italianos tinham o monopólio deste comércio. “*Eram poucos negociantes italianos, mas possuidores de grande capital, donos do mercado, constituindo realmente uma aristocracia de ofício,*

<sup>124</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 237.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 239.

*comparável a que existe, por exemplo, dois séculos mais tarde, a cabeça do grande comércio de lã espanhola consumida na Inglaterra e França*<sup>126</sup>

LACOUR-GAYET<sup>127</sup> ainda coloca que a fortuna, no final da Idade Média, de cidades como Barcelona, é decorrente da atividade da alta burguesia mercantil capitalista. segundo ele, *“verdadeira aristocracia do dinheiro, dona do comércio marítimo, com o apoio de grandes bancos e da monarquia.”*

O autor<sup>128</sup> também destaca que o comerciante que negocia com o exterior em todas as partes do mundo e em todos os tempos difundiu a civilização.

Outro ponto importante, que reforça a teoria apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, e é exposta por LACOUR-GAYET<sup>129</sup> é a aliança do comércio com os bancos: *“Uma parte deste patriciado mercantil aliou o comércio de mercadorias e o comércio de dinheiro, o negócio e o banco; foi sem dúvida em seu seno de onde se desenvolveram as mais eminentes personalidades da aristocracia mercantil”.*

Com base nisso, o autor<sup>130</sup> cita vários comerciantes de sucesso pelo mundo, cuja magnitude de suas riquezas, advindas da atividade de comércio exterior, influenciaram os governos (principalmente as monarquias e principados) dos países que eram nativos. São eles, Jacques Coeur, os irmãos Bonis, Etienne Marcel, os Médicis da Itália, os Flugger da Alemanha, entre outros comerciantes citados.

Nas civilizações antigas, pode-se classificar os comerciantes como membros da burguesia quando, segundo o acima mencionado autor<sup>131</sup>, estes exercem atividades de grande comércio marítimo, construtores de navios, banqueiros e manufactureiros.

Quando o comércio desperta do eclipse sofrido durante Idade Média, os comerciantes, como os genoveses e os venezianos, conseguem formar grandes

<sup>126</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 241. (Esos poços negociantes, poseedores de grandes capitales, dueños del mercado, constituyen realmente una aristocracia de oficio, comparable a la que existe, por ejemplo, dos siglos más tarde, a la cabeza dei gran comercio de lanas españolas consumidas em Inglaterra o em Francia).

<sup>127</sup> Ibidem, p. 239. ((...) la actividad de una alta burguesia capitalista, verdadera aristocracia dei dinero, dueña dei comercio marítimo, com el apoyo de la alta banca y de la monarquia).

<sup>128</sup> Ibidem, p. 242.

<sup>129</sup> Ibidem, p. 242. (Una parte de ese patriciado mercantile alio el comercio de las mercancias y el comercio dei dinero, el negocio y la banca; fué sin duda em su seno donde se desarrolaron las más eminentes personalidades de la aristocracia mercantil).

<sup>130</sup> Ibidem, p. 242-247.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 247

fortunas e acumulam grande capital durante séculos. As grandes cruzadas também representaram uma fase de grande crescimento comercial para estas cidades em especial.

Além disso, a fase seguinte, das grandes expedições marítimas e dos descobrimentos, também representou um ciclo virtuoso e muito próspero no comércio mundial. As liberdades e a segurança jurídica que se tinha, devido a formação dos estados-nacionais, abriram um leque maior de possibilidades para a burguesia mercantil investir seus recursos no comércio exterior. Um exemplo disso, e apontadas por LACOUR-GAYET<sup>132</sup>, são as expedições de Vasco da Gama: *“Uma grande expedição, como a de Vasco da Gama, comandada por grandes mercadores, produzia um milhão de ducados com um desembolso de duzentos mil”*.

Além de investirem no comércio, os grandes comerciantes do século XVI também investiam em propriedades territoriais ou bens imóveis. Como mostra o autor<sup>133</sup>, *“(...) os compradores, os construtores de novos imóveis, os arrendatários, eram, sobretudo, comerciantes enriquecidos que operavam com seus benefícios.”* Essas aquisições são mais freqüentes nas proximidades das grandes cidades. Essas terras, segundo o autor<sup>134</sup>, eram destinadas a plantações, com a formação de parcerias agrícolas.

E ainda, os comerciantes dessa época, realizavam empréstimos para os Estados, como mostra LACOUR-GAYET<sup>135</sup>:

“Os mercadores seguem imediatamente aos banqueiros e estão antes que os oficiais reais nas listas de subscritores de empréstimos públicos; (...) Sem embargo, essas inversões não constituem o índice de um progresso constante nos benefícios, mas sim abundantes disponibilidades em capitais privados que são pouco empregados em fundos circulantes. Muitos negócios contratam-se a crédito e os ajustes em especiais são relativamente raros. De todo resulta que o comércio era uma das principais fontes de enriquecimento (...)” (tradução do autor)

<sup>132</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 252. (En que una gran expedición, como la de Vasco da Gama, comandada por grandes mercaderes, producía un millón de ducados con un desembolso de doscientos mil).

<sup>133</sup> Ibidem, p. 252. ((...) los compradores, los constructores de nuevos inmuebles, los arrendatarios, eran sobre todo comerciantes enriquecidos que operaban con sus beneficios).

<sup>134</sup> Ibidem, p. 252.

<sup>135</sup> Ibidem, p. 252-253. (Los mercaderes siguen inmediatamente a los banqueros y están antes que los oficiales reales en las listas de suscritores de empréstimos públicos; (...) Sin embargo, esas inversiones no constuyen el índice de una progresión constante en los beneficios, sino más bien de abundantes disponibilidades en capitales privados que son poco empleados en fondos circulantes. Muchos negocios se contratan a crédito y los arreglos en especiales son relativamente raros. De todo lo cual resulta que el comercio era una de las principales fuentes de enriquecimiento (...)).

LACOUR-GAYET<sup>136</sup> mostra outra traço importante da burguesia mercantil, e que também reforça a teoria exposta no primeiro capítulo, no tocante ao capital comercial ser anterior ao modo de produção capitalista, sobretudo por uma característica das pessoas que realizavam o comércio, principalmente o grande comércio:

“É uma classe que une o gosto do conforto ao instinto capitalista da poupança, e o sentido dos negócios a uma escrupulosa honradez profissional; que não desdenha a vida do espírito e se mostra afeita a autoridade que garante a ordem e a segurança nos negócios, a paz interior e a disciplina no comércio.” (tradução do autor)

Assim, vemos que o comerciante burguês, não restringindo esta denominação a somente para Idade Média, é um difusor do sistema capitalista muito antes deste ter dominado os outros setores da economia, como a indústria e o setor financeiro.

Pode-se conferir pelo que foi relatado neste capítulo, principalmente nos últimos dois tópicos, que os outros setores do capitalismo, como o industrial e o financeiro têm grande influencia do comércio e do desenvolvimento do mesmo. A partir de um sistema de trocas eficiente, no qual o comerciante tem um papel fundamental para o desenvolvimento, os outros setores da economia se desenvolvem. A indústria passa a produzir para o mercado e os bancos se formam com a união de vários comerciantes que disponibilizam recursos para financiar empreendimentos, principalmente durante as expedições marítimas do século XV e XVI.

Além disso, o desenvolvimento de técnicas comerciais e aprimoramento da administração da atividade de comerciante, através da utilização das técnicas contábeis, como visto, foi fundamental para que se desenvolve-se empresas comerciais que visassem mais do que a sobrevivência do comerciante e de sua

---

<sup>136</sup> LACOUR-GAYET, Jacques. *HISTORIA DEL...*, p. 253. (Es una clase que une el gusto de la comodidad al instinto capitalista del ahorro, y el sentido de los negocios a una escrupulosa honradez profesional; que no desdeña la vida del espíritu y se muestra afectada a la autoridad que garantiza el orden y la seguridad de los negocios, la paz interior y la disciplina en el comercio).



família, mas também o lucro para ser reaplicado em expedições marítimas comerciais ou outras formas de comércio.

## CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi apresentar a origem do comerciante e o papel que este teve na transição do modo de produção não capitalista para o modo de produção capitalista.

Primeiramente, definimos comerciante como uma pessoa que exerce a atividade de comprar mercadorias do produtor para vender essa mesma mercadoria ao consumidor ou a outro produtor, por um acréscimo de preço, do qual ele retira seu lucro. É, sobretudo, um intermediário entre o produtor e o consumidor, assim como é um intermediário entre os próprios produtores quando a mercadoria comercializada se trata de uma matéria-prima.

Num primeiro momento, este comerciante é não capitalista, pois com o resultado das vendas, ou seja, com o excedente, o comerciante obtém seu sustento. Após, quando o comércio evolui e o comerciante passa a acumular os lucros obtidos para reinvesti-lo, o comércio torna-se capitalista.

Portanto, a diferença entre o comerciante não capitalista para o comerciante capitalista está no destino dado ao excedente obtido. Se utilizado para enriquecimento pessoal ou sobrevivência, está-se diante de um comércio não capitalista. Se, ao contrário, o lucro for reinvestido no comércio ou na produção, está-se diante de um comércio capitalista.

O comerciante não capitalista está presente na sociedade desde os primórdios da civilização, pois através do comércio obtinha seu sustento. Era pessoas aventureiras e que se dispunham a correr os riscos da atividade comercial, como forma alternativa de vida do que ser, por exemplo, servo no regime feudal, ou escravo, na Antigüidade.

O comércio ao longo da história já visava o lucro, principalmente para o sustento do comerciante. Entretanto, no final do Império Romano já havia evidências de que o comércio era capitalista, pois havia empresas comerciais, nas quais alguns comerciantes se reuniam para juntar forças (capital) a fim de realizar o comércio marítimo, que já era altamente lucrativo na época. Da mesma forma ocorreu no final da Idade Média, em que classes abastadas de comerciantes se reuniam para formar empresas comerciais com o intuito de também realizar o lucrativo comércio marítimo.

Além disso, o desenvolvimento de técnicas comerciais, a formação de empresas e sociedades mercantis, o surgimento da contabilidade, entre outros, são fatores que contribuíram para a formação de um comércio capitalista antes mesmo do modo de produção capitalista.

Pode-se afirmar, ainda, que o comércio não se desenvolveu de forma plena anteriormente se o mundo não tivesse vivido o modo de produção feudal, uma vez que este modo de produção caracteriza-se por ser fechado, em que as classes sociais são rígidas, há o trabalho servil e agricultura de subsistência. Mas, principalmente, é uma época em que não havia segurança, seja no sentido de haver violência, abuso de autoridade dos senhores feudais, ou por não haver respeito às leis. Ou seja, juridicamente não era viável realizar o comércio.

Quando há a formação dos Estados Nacionais, e a delimitação das jurisdições, com cada estado editando suas normas, por volta do Século XIII e XIV, o comércio retorna ao cenário mundial com força. Tanto é que este período marcou o início das grandes navegações, que tinha por objetivo realizar comércio com lugares distantes, a fim de se obter lucros altos.

Essa transição do modo de produção feudal para o período das grandes navegações marca o início de um comércio capitalista. Pois, nessa época, o grande comércio, realizado negociando-se grandes volumes de mercadorias, era capitalista, pois visava o excedente que era reinvestido no próprio comércio, em outras expedições comerciais. Enquanto isso, o pequeno comerciante, que vende as mercadorias no varejo obtém com o lucro apenas o seu sustento.

Portanto, o comércio é capitalista muito antes do modo de produção capitalista ter se consolidado, uma vez que foi através do comércio que houve o desenvolvimento industrial, técnicas de produção, assim, como o desenvolvimento da atividade financeira, uma vez que o comércio era financiado por grandes comerciantes que haviam enriquecido. E ainda, os lucros obtidos pelos grandes comerciantes eram reinvestidos no próprio comércio antes mesmo de haver a revolução industrial, que marcou o início da Era em que a indústria é dominada pelo capital, e esta, por sua vez, que determina o comércio.

**BIBLIOGRAFIA**

BELOTO, Divonzir Lopes. **O CAPITAL DE COMÉRCIO DE MERCADORIAS**. Tese (Doutorado em Economia) – Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003.

DENIS, Henri. **HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO**. 8ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

HUBERMAN, Leo. **HISTÓRIA DA RIQUEZA DO HOMEM**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

KOZLOV, G. **CURSO DE ECONOMIA POLÍTICA**. Lisboa: Editorial Avante, 1981, Volume 1.

KOZLOV, G. **CURSO DE ECONOMIA POLÍTICA**. Lisboa: Editorial Avante, 1981, Volume 2.

LACOUR-GAYET, Jacques. **HISTORIA DEL COMERCIO**. Barcelona: Vergara Editorial, 1950, Tomo I.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. **HISTÓRIA ECONÔMICA**. 7. ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1981.

MARX, Karl. **O CAPITAL. Edição resumida por JULIAN BORCHARDT**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980.

MARX, Karl. **O CAPITAL. CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. São Paulo: Abril Cultural, vol. I, Livro Primeiro O Processo de Produção do Capital, 1983.

KARL, Marx. **O CAPITAL. CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. São Paulo: Abril Cultural, vol. I, Livro Primeiro O Processo de Produção Capitalista, Tomo II, 1983.

KARL, Marx. **O CAPITAL. CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. São Paulo: Abril Cultural, vol. II, Livro Segundo O Processo de Circulação do Capital, 1983.

MARX, Karl. **O CAPITAL. CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. São Paulo: Abril Cultural, vol. III, Livro Terceiro O Processo Global de Produção Capitalista, Tomo I, 1983.

MARX, Karl. **O CAPITAL. CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. São Paulo: Abril Cultural, vol. III, Livro Terceiro O Processo Global de Produção Capitalista, Tomo II, 1983.

PEREIRA, Aparecida Tavarano; ROLIM, Maria do Carmo M. B. **ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS**. Curitiba: Faculdades Integradas Curitiba, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **SISTEMAS DE BIBLIOTECAS CITAÇÕES E NOTAS DE RODAPÉ**. Universidade Federal do Paraná, Sistema de Bibliotecas – Curitiba: Ed. Da UFPR, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **SISTEMAS DE BIBLIOTECAS TESES, DISSERTAÇÕES, MONOGRAFIAS E TRABALHOS ACADÊMICOS**. Universidade Federal do Paraná, Sistema de Bibliotecas – Curitiba: Ed. Da UFPR, 2000.